

Apele à unidade dos trabalhadores no sexto aniversário da Inter

Diário
2/10/76

PORTO — «Os que atacam a Central Única dos Trabalhadores Portugueses sabem por que o fazem. Mesmo sob a repressão da PIDE, a Inter soube encontrar os caminhos da justa luta, mobilizar os trabalhadores, conduzi-los à acção na defesa dos seus direitos. Após o 25 de Abril, lutou pela Reforma Agrária, pelas nacionalizações, pelo controlo operário, pelas grandes conquistas dos trabalhadores», afirmou Manuel Freitas, membro do Secretariado da Intersindical e presidente da mesa da assembleia geral do Sindicato dos Têxteis do Porto, durante o comício comemorativo do 6.º aniversário da constituição da Inter, efectuado ontem no Cinema Vale Formoso que estava completamente cheio. Aquela trabalhador prosseguiu: «É por esta actuação que estamos prontos para julgados. Seis anos de luta: sempre ao lado dos trabalhadores e das suas lutas, eis a nossa grande «falta».

O comício-festa registou

a presença de elevado número de representantes de sindicatos. Como convidados especiais os Sindicatos da Construção Civil de Castelo Branco, da Construção Civil de Setúbal e da Federação dos Sindicatos das Indústrias de Madeiras, também estiveram presentes.

Todos os oradores realçaram o papel desempenhado pela Central Única durante os seus difíceis 6 anos de vida, «na consecução da unidade e organização dos trabalhadores, que assusta o capital e as forças que representam a exploração», conforme acentuou Armando Silva, presidente do Sindicato dos Gráficos e membro do Secretariado da União dos Sindicatos do Porto. «Os nossos inimigos de classe temem um movimento sindical forte e organizado. Daí que procurem, através da mentira e da calúnia, lançar a divisão entre nós»,

acrescentou.

Detendo-se, depois, na realização próxima do Congresso de Todos os Sindicatos, Salgueiro Barros, dirigente sindical dos carpinteiros do Porto e também da USP, afirmou:

«Está em preparação o Congresso de Todos os Sindicatos para a Unidade. A posição da Inter tem sido clara: aceitar a livre discussão e participação nos trabalhos do Congresso, de todos os sindicatos, independentemente de estarem ou não filiados; aceitar as decisões tomadas em Reuniões Gerais de Sindicatos, abertas a todas as associações sindicais, sem condições, como compete, de resto, a uma organização democrática.»

Sob o lema da unidade entre todos os trabalhadores, o comício terminou com a realização de uma sessão de «Canto Livre», com a presença de Fernando Farinha, Luís Viegas, Trio Resistência,

Adriano Correia de Oliveira, Artur Borges e Aurora Reis.

A semelhança do que aconteceu nas principais cidades do País, também em Évora assumiu especial importância a comemoração do 6.º aniversário da Inter. Nesta cidade alentejana efectuou-se na Sociedade de Instrução e Recreio Joaquim António de Aguiar um colóquio sobre sindicalismo com a presença do bancário Daniel Cabrita, e durante o qual foi feito o histórico da Central Sindical e abordado o problema fundamental da unidade no âmbito do movimento sindical.

Em Coimbra, no salão do INATEL, decorreu um convívio de trabalhadores, com a participação do TEUC que representou a peça «Arraia Miúda». Em Faro, Beja, Setúbal, Torres Vedras, Torres Novas e Portalegre tiveram igualmente lugar diversas realizações comemorativas da data.

INTER APELA À UNIDADE CONTRA POLÍTICA ANTIOPERÁRIA

Diário
2/10/76

«A unidade é condição indispensável para fazer frente com êxito à política antioperária que está em marcha», afirma o Secretariado da Intersindical Nacional, em comunicado ontem emitido a propósito das decisões tomadas pelo Conselho de Ministros na sua última reunião.

«Embora não se tenha ainda conhecimento do conteúdo completo de tais decisões», prossegue o comunicado, «o que veio a público é já de molde a poder-se concluir que algumas delas são claramente lesivas de interesses fundamentais dos trabalhadores, claramente, consagrados na Constituição».

Como exemplos, a Inter aponta «o despedimento imediato sem dependência da conclusão do processo disciplinar, a generalização dos contratos a prazo e do regime de trabalho eventual, as fortes limitações ao direito de livre contratação

colectiva, a autonomização dos processos de contratação nos sectores público e nacionalizado, a suspensão da aplicação dos contratos colectivos de trabalho nas empresas com intervenção ou aval do Estado», além da «limitação mecânica e abstracta das remunerações complementares»; e das alterações à lei da contratação e aos horários de trabalho actualmente em vigor.

A Intersindical denuncia a inconstitucionalidade das referidas medidas anunciadas pelo Governo, «não só porque os trabalhadores não participaram na sua elaboração, como impõe a Constituição», mas também porque «na sua maioria, são matéria da competência reservada da Assembleia da República».

Além de serem inconstitucionais, tais medidas representam, para a Intersindical, «uma clara intenção (no seguimento dos ataques

governamentais que têm sido feitos aos trabalhadores) de fazer pagar fundamentalmente às classes trabalhadoras a actual crise económica, e constituem ainda uma tentativa de retrocesso ou mesmo de anulação das mais importantes conquistas já alcançadas pelos trabalhadores depois do 25 de Abril».

Neste contexto, a Inter apele para o reforço da «unidade dos trabalhadores, face às gigantescas manobras divisionistas que se anunciam para breve».

Há que actuar serena mas firmemente com o objectivo de levar o governo a pôr em prática uma política que sirva os interesses dos trabalhadores e que respeite a Constituição», acrescenta o comunicado, que aponta o recurso «aos restantes órgãos de soberania» como uma das formas de obrigar o governo a respeitar a lei fundamental.

PUB

DLx-2/10/76

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE SETÚBAL

Sede: Avenida 5 de Outubro, 121-1.1 — TELEF. 22047 — SETÚBAL
Delegações: Rua Carvalho Serra, 38-B — ALMADA
Rua Miguel Pais, 172 — BARREIRO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

Ao abrigo do Art.º 34-b) dos Estatutos, convocam-se todos os sócios do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Setúbal para uma Assembleia Geral Extraordinária a realizar no dia 12/10/76 pelas 21 horas, nas instalações do INATEL em Setúbal, com a seguinte ORDEM DOS TRABALHOS:

- 1 — CONGRESSO DOS SINDICATOS
 - a) Informações
 - b) Discussão e deliberação sobre os projectos de Regulamento
- 2 — DELEGADOS SINDICAIS E PREVIDÊNCIA
- 3 — CONTRATAÇÃO

NOTA — É indispensável a apresentação do cartão de sindicalizado

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL

Carta 2/10/76

PUBLICIDADE

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA MARINHA MERCANTE, AERONAVEGAÇÃO E PESCA

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os trabalhadores deste Sindicato a comparecer em Assembleia Geral Extraordinária a realizar no próximo dia 7 de Outubro de 1976 (quinta-feira), pelas 21 horas, na Voz do Operário (Rua da Voz do Operário, 13), com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- I — Informações (30 minutos)
- II — Congresso dos Sindicatos
- III — Pagamentos de quotas à Intersindical

NOTA: Para esta Assembleia foram convidados Sindicatos ligados à corrente conhecida por «Carta Aberta» bem assim como o Secretariado da Intersindical.

— POR UM SINDICATO DEMOCRÁTICO!
— PELO PODER DAS ASSEMBLEIAS!
— LUTA! UNIDADE! VITÓRIA!

Lisboa, 30 de Setembro de 1976

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral (Ilgival)

O GOVERNO TRAIU A JUSTA EXPECTATIVA DOS TRABALHADORES

19/10/76

COMÉRCIO CONTRA ALTERAÇÕES DE HORÁRIOS

— Intersindical acusa

«Poucas horas antes da sessão do Conselho de Ministros de 30-9-76 e na sequência do encontro tido com o primeiro-Ministro, o Secretariado da Intersindical Nacional reuniu com o Ministro do Trabalho, a quem apresentou a posição dos trabalhadores: garantia do respeito pelo direito de participação, nomeadamente prolongamento do prazo (estipulado pela nota oficiosa do M. T. de 13-9) e a entrega dos projectos de diploma elaborados pelo Ministério do Trabalho a fim de que os trabalhadores os pudessem analisar e, sobre eles, dar o seu parecer, como estipula claramente a Constituição, tudo sem prejuízo da competência reservada de Assembleia da República.» — refere em dado passo uma comunicado ontem distribuído pela Intersindical, sob o título em epígrafe.

Entretanto, o texto processa-se, salientando: «Na referida reunião, o Ministro do Trabalho, como aliás se comprova pelo que afirmou momentos depois na Televisão, assumiu o compromisso de propor ao Conselho de Ministros o prolongamento do prazo da consulta e entrega dos projectos de decreto-lei ao movimento sindical. Apesar de tal compromisso, e indo contra a vontade dos trabalhadores já claramente expressa através das suas organizações sindicais, o Governo acaba de tomar decisões sobre uma vasta ordem de matérias, algumas delas nem sequer mencionadas na nota oficiosa do M. T. designadamente a revogação da lei da unidade sindical e o horário de trabalho nacional.»

● MERCADO PARA AMANHÃ PLENÁRIO DA CINTURA INDUSTRIAL DE LISBOA

«No decorrer dos últimos meses têm sido tomadas medidas que preocupam, fundamentalmente, as classes trabalhadoras, não só porque são contrárias aos seus interesses, mas, também, porque não foram consultadas para a sua elaboração.» — assinala-se numa convocatória para um plenário das comissões de trabalhadores da cintura industrial de Lisboa, marcado para amanhã, a partir das 10 horas, nas instalações da Comelua, Amadora.

Na referida convocatória acrescenta-se: «A classe operária e os trabalhadores têm plena consciência do que é fundamental intervir nos problemas que lhes dizem respeito, conscientes de que essa forma é a única capaz de defender os seus interesses. Legislação inconstitucional e repressão capitalista, a unidade dos trabalhadores e o Congresso dos sindicatos, as comissões de trabalhadores (nos locais eleitos para as autarquias locais, são temas a debater no decorrer do plenário.»

O plenário da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores do Comércio decidiu não aceitar quaisquer alterações ao Horário de funcionamento dos estabelecimentos, conforme foi anunciado pelo ministro do Comércio e Turismo.

Os quinze sindicatos presentes que declaram em comunicado, não possuir a garantia prévia de que os trabalhadores serão ouvidos através das suas organizações de classe «reforçam a sua determinação de não cedermos, neste ou que custar, na luta pela defesa das conquistas tão caras aos trabalhadores do comércio, como é o caso da semana inglesa; e, em muitos casos da semana americana, e não aceitamos quaisquer alterações aos períodos de abertura baseados (como no tempo do fascismo) em argumentos lá gestos, como o interesse público, ou bem comum, etc.»

E o comunicado prossegue: «Os trabalhadores do comércio são os únicos que poderiam invocar dificuldades de tempo para se abastecerem e não são eles, como é do conhecimento público, que levantam estas questões para justificar as alterações. As declarações do Ministério do Comércio e Turismo à TV, Rádio e Imprensa, insinuando que os sindicatos estariam receptivos a tais medidas, não correspondem à posição assumida pelos dirigentes sindicais acerca desta matéria.»

● REESTRUTURAÇÃO DO SECTOR DOS ADUBOS

As comissões de trabalhadores das cinco grandes empresas de adubos reúnem hoje, durante a manhã, a fim de elaborarem uma nota a entregar a contexto de reestruturação do sector adubífero, da qual constarão os resultados da votação secreta a todos os trabalhadores sobre a reorganização do referido sector — anunciou ontem a agência ANOP.

Segundo a mesma fonte, o referendo, cujo escrutínio está ainda a decorrer, incide sobre quatro propostas da C.R.S.A. que vão desde a fusão do Amónico Portuiguesa, Nitratos de Portugal e Petrolquímicas, até à junção a outras do sector químico da Gul.

● DELEGADOS DOS SEGUROS DO NORTE APOIAM SINDICATOS DEMOCRÁTICOS

Um reunião ordinária decorreu na sede do Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Norte uma assembleia no decorrer da qual foi aprovada a seguinte moção: «Os Delegados Sindicais dos Trabalhadores de Seguros do Norte, após terem sido convidados do modo acima a Direcção do Sindicato a serem guiados e as razões que a levaram a aderir à Carta Aberta, deliberaram: Dar o seu apoio à Direcção do Sindicato, enorajando-na na luta; dar o seu apoio aos Sindicatos Democráticos; dar um voto de confiança à Direcção de Seguros do Norte, pelo modo como esta se tem batido pelos interesses da classe.»

D. República 2/10/76

COMUNICADO

ALERTA TRABALHADORES!

A «CARTA ABERTA» FECHA AS PORTAS?

Por intermédio da Imprensa tomaram as Direcções signatárias conhecimento das moções aprovadas na última reunião das direcções sindicais da «Carta Aberta».

Antes de mais chamamos a atenção de todos os trabalhadores para a linguagem insultuosa que os representantes desses sindicatos utilizam para com o Movimento Sindical e os trabalhadores.

Assim, toda a estrutura sindical é referida nessas moções, como «totalitária», «linha de tração», «golpista», «chantagista», «corporativista» e outros «mimos» de linguagem que declinam bem as intenções «unitárias» e «democráticas» daquelas direcções.

Quanto aos trabalhadores, eles são referidos como força bruta do «número que não pensa».

Exemplar conceito de solidariedade entre trabalhadores, não há dúvida. Na tentativa inglória de justificar a recusa ao trabalho unitário e ao diálogo aberto entre trabalhadores, essas moções acusam de «arrogância» a grande maioria dos trabalhadores, apenas porque estes se recusam a obedecer à teimosia de alguns (poucos) sindicatos que se autoproclamam «democráticos».

Mas a tal «força bruta» até pensa... E tem consciência da necessidade de unidade que os sindicatos da «C. A.» dizem já «impossível». Terá a «Carta Aberta» fechado as portas? Esperamos que não.

Pela nossa parte continuamos abertos à discussão no seio do movimento sindical e não fora dele, de todas as questões que dizem respeito aos trabalhadores. Damos até especial atenção ao debate com aqueles que afirmam ter opiniões contrárias às nossas.

Esperamos e desejamos esse diálogo sem demagogia nem intenções veladas.

A «força bruta» está pronta a pensar juntamente com os democratas que pensamos.

EM FRENTE PELO CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PORTUGUESES PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES!

PELA REESTRUTURAÇÃO DA INTERSINDICAL NACIONAL — CONFEDERAÇÃO DOS SINDICATOS PORTUGUESES!

UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS!

SINDICATOS: Vidreiros, Químicos de Lisboa, Metalúrgicos de Lisboa, Rodoviários de Lisboa, Construção Civil de Lisboa, Electricistas do Sul.

Lisboa, 30 de Setembro de 1976

D. República 2/10/76

A REVOGAÇÃO DA UNICIDADE SINDICAL vista no estrangeiro

GENEVBRA, 2 — A revogação na quinta-feira pelo Governo de Lisboa da Intersindical Portuguesa, fortemente influenciada pelos comunistas, foi acolhida favoravelmente pelo Comité Executivo da Confederação Europeia dos Sindicatos (C. E. S.), reunido em Genebra.

A C. E. S., que agrupa 31 Sindicatos de 18 países da Europa Ocidental, ou seja, segundo indica a Confederação, 38 milhões de sindicalizados, recusa admitir a Confederação Geral do Trabalho (C. G. T. de França). As comissões operárias espanholas não são membros. Estas três organizações, espanhola, francesa e portuguesa, são todas consideradas como comunistas pela C. E. S.

Mathias Hinterschied (Luxemburgo), secretário geral da C. E. S., declarou aos jornalistas: «Somos pela unidade sindical, mas a unidade forçada, imposta do exterior, não conduz a nenhum lado».

André Bergeron, secretário-geral da Force-Ouvrière (sindicato francês), declarou: «Regozimo-nos com a decisão tomada pelo Governo português, porque estávamos convencidos de que a Intersindical não passava de um instrumento do Partido Comunista. Foi preciso coragem ao Governo português para tomar essa medida — acrescentou Bergeron — mas estamos persuadidos de que ela contribuirá para o renascimento de um verdadeiro sindicalismo em Portugal.» (F. P.)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

LISBOA

2 OUT. 1976

Legislação de trabalho contestada pela Inter

As recentes decisões do Governo sobre legislação do trabalho são contestadas pela Intersindical, através de um comunicado ontem emitido.

Aquela organização sindical refere-se aos direitos e garantias fundamentais dos trabalhadores, como o regime jurídico e a cessação do contrato de trabalho, a contratação colectiva, os saneamentos, o regime das empresas geridas pelos trabalhadores, etc., repudiando a legislação aprovada pelo Conselho de Ministros, especialmente no que diz respeito à revogação da Lei da Unicidade Sindical e o horário de trabalho nacional, considerando que as decisões foram tomadas contra a vontade dos trabalhadores.

Confessando que não tem, ainda, conhecimento completo do conteúdo de tais decisões, a Intersindical entende «que algumas delas são claramente lesivas de interesses e direitos fundamentais dos trabalhadores, claramente consagrados na Constituição. São exemplos disso, o despedimento imediato sem dependência da conclusão de processo disciplinar; a generalização dos contratos a prazo e do regime de trabalho eventual; as fortes limitações ao direito de livre contratação colectiva; autonomização dos processos de contratação nos sectores públicos e nacionalizados; a suspensão da aplicação dos C.C.T. nas empresas com intervenção ou aval do Estado. Graves poderão ser para os trabalhadores as consequências da limitação mecânica e abstrata das remunerações complementares, as quais não poderão ultrapassar 50 por cento do salário base, da proibição de negociar benefícios complementares de previdência, no âmbito da contratação colectiva; as alterações à lei da contratação que ignoram as posições já tomadas pelo movimento sindical; e aos horários de trabalho actualmente em vigor, etc.»

Noutro passo, o comunicado refere: «Muitas daquelas medidas representam, sem qualquer dúvida, uma clara intenção de fazer pagar fundamentalmente às classes trabalhadoras a actual crise económica e constituem, ainda, uma tentativa de retrocesso ou mesmo de anulação das mais importantes conquistas já alcançadas pelos trabalhadores depois do 25 de Abril. Não é por acaso que no mesmo dia em que o Governo tomava tais me-

das, revogava também a legislação que consagrava o princípio de unidade.»

A Intersindical diz, ainda: «O que o Governo assim processa é facilitar a acção daqueles que pretendem dividir os trabalhadores, para que tais medidas antioperárias e outras do mesmo teor sejam postas em prática. O movimento sindical e as demais organizações de classe dos trabalhadores, não podem ficar nem ficarão passivos perante esta ofensiva antioperária do Governo. Há que aumentar e consolidar a unidade dos trabalhadores face às gigantescas manobras divisionistas que se anunciam para breve. A unidade é condição indispensável para fazer frente, com êxito, à política antioperária que está em marcha. Há que actuar serena mas firmemente com o objectivo de levar o Governo a pôr em prática uma política que sirva os interesses dos trabalhadores e que respeite a Constituição.»

Moção de rejeição

Entretanto, assinado pelos Sindicatos de Electricistas do Sul e do Norte, Gráficos do Sul e dos Distritos de Aveiro, Coimbra e Braga, Ajudantes de Farmácia, Técnicos de Próteses Dentárias, Tanoeiros de Portugal, Profissionais de Psicologia, Indústria e Comércio Farmacêutico e Enfermagem do Sul e pelas Federações de Panificação, Hotelaria e Similares do Sul e Celulose e Papel, foi-nos remetido um comunicado relativo ao diploma, respeitante às carteiras profissionais, dando conta de uma moção em que:

«1 — Decidiram rejeitar o processo de consulta em separado, como o Ministério do Trabalho tem vindo a fazer, suscitando a resposta isolada dos sindicatos susceptível de conduzir a resultados divisionistas;

2 — Exigem que o Ministério do Trabalho ponha à discussão dos trabalhadores, através das associações sindicais, o projecto de lei que regulamenta as carteiras profissionais e que seja fixado prazo que permita uma ampla discussão;

3 — Rejeitam, desde já, qualquer diploma legal que venha a ser publicado sobre esta matéria, sem que os trabalhadores tenham podido discutir o projecto de lei governamental, por violador da Constituição da República.»

1940
3/10/36

SINDICATO DA FUNÇÃO PÚBLICA

CONTESTADA A LEGALIDADE DO ESTATUTO

Realizaram-se ontem assembleias gerais dos trabalhadores da Função Pública nos distritos do Porto, Braga, Viana do Castelo, Vila Real e Bragança. As sessões serviram para esclarecimentos sobre os projectos de reclassificação e de horários de trabalho, a revisão do decreto sobre o quadro de adidos e ainda a forma de discussão do regulamento do Congresso dos Sindicatos.

Neste ponto foram também dadas informações, pela Comissão Instaladora, sobre a publicação dos estatutos que se efectuou no dia 1 de Outubro e ainda sobre algumas questões levantadas pelo Ministério do Trabalho quanto à legalidade desse mesmo estatuto, devido a algumas irregularidades nele contidas que são contrárias à lei sindical. Nesse sentido, foi aprovada uma proposta que obriga a Comissão Instaladora a convocar com a máxima urgência assembleias gerais, em que seja discutida esta questão.

Finalmente, foi discutido o processo relativo as eleições dos corpos gerentes, tendo sido aprovada a proposta que saiu da Assembleia de Delegados do dia 10 de Setembro.

Entretanto, o núcleo do C.D.S. da Função Pública, em comunicado agora distribuído, subordinado ao título «Pela Democracia na Função Pública», chama a atenção dos seus colegas de trabalho «para a urgente necessidade» de, imediatamente, se inscreverem no sindicato, sem o que poderão não ser autorizados a votar nas próximas eleições para o Sindicato da Função Pública.

Acentuando que só assim será possível um Sindicato verdadeiramente democrático, aque-

le núcleo afirma-se consciente da importância de que se revestirão essas eleições e dos reflexos que produzirão a todos os trabalhadores da Função Pública.

1940
3/10/36

CINTURA DE LISBOA CONTRA «REGULAMENTAÇÃO ANTICONSTITUCIONAL» E «MEDIDAS ANTIPOPULARES»

Legislação inconstitucional e recuperação capitalista, comissões de trabalhadores, unidade da classe e o Congresso dos Sindicatos, bem como as C. T. face às eleições para as autarquias locais, foram temas debatidos, ontem, numa das dependências da empresa metalúrgica — COMETNA, na Amadora, por representantes de 118 comissões de trabalhadores, quatro secretariados de C. T., quatro empresas, na qualidade de observadores, três sindicatos, uma Federação de Sindicatos da Panificação e a União dos Sindicatos de Lisboa e, ainda, os estaleiros navais de Viana do Castelo e o secretariado das comissões de trabalhadores do Porto.

A iniciativa da reunião pertenceu à Cintura Industrial de Lisboa e aos sindicatos nela abrangidos, referindo a convocatória para o plenário que em decorrer dos últimos meses têm sido tomadas medidas que preocupam, fundamentalmente, as classes trabalhadoras, não só porque são contrárias aos seus interesses, mas também porque não foram consultadas para a sua elaboração. A classe operária e os trabalhadores — afirmava-se no texto e salientou-se ontem, durante a reunião — têm plena consciência de que é fundamental intervir nos problemas que lhes digam respeito, conscientes de que essa forma é a única capaz de defender os seus interesses.

Esse aspecto foi activa e insistentemente sublinhado — medidas que vêm sendo tomadas e que atentam contra os interesses dos trabalhadores —, designadamente os Decretos n.os 422 e 530 e o relativo à Previdência, e criticados por serem ali considerados «contrários à luta da classe operária e dos trabalhadores», bem como a Lei do Controlo Operário, que trabalhadores exigem e ainda não foi divulgada. Objecto de crítica e repúdio também seria no decorrer da reunião que começou pela manhã e terminou ao princípio da madrugada, toda a regulamentação designada por «anticonstitucional».

As conclusões dos trabalhos, aos quais estiveram presentes quase todas as empresas da C.I.L. (Cintura Industrial de Lisboa), através dos seus representantes para o efeito qualificados, serão hoje ou amanhã tomadas públicas.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA MARINHA MERCANTE AERONAVEGAÇÃO E PESCA

Porto
3/10/36

— SECÇÃO DO PORTO —

CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ÂMBITO NACIONAL

Convocam-se todos os trabalhadores deste Sindicato, a comparecer em Assembleia Geral Extraordinária a realizar no próximo dia 8 de Outubro de 1936 pelas 21 horas na Cooperativa dos Pedreiros, à Rua da Alegria N.º 598 — Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.º — INFORMAÇÕES (30 MINUTOS)
- 2.º — CONGRESSO DOS SINDICATOS
- 3.º — PAGAMENTO DE QUOTAS A INTERSINDICAL

NOTA: Para esta Assembleia foram convidados Sindicatos ligados à corrente conhecida por «Carta Aberta» bem assim como o Secretariado da Intersindical.

Porto, 1 de Outubro de 1936.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional

a) J. MOREIRA

CONGRESSO DOS SINDICATOS EM DEBATE «AMPLO E ABERTO»

19 Jan
3/10/76

POR TODO O PAÍS

Trabalhadores de dezenas de empresas vêm discutindo, desde o passado dia 15, «de forma ampla, aberta e democrática» — refere um comunicado da Comissão Organizadora de Lisboa para o Congresso dos Sindicatos — todas as questões levantadas pela realização do Congresso de todos os Sindicatos filiados ou não na Intersindical, conforme foi aprovado na reunião geral de Sindicatos do dia 4 de Setembro último.

Recordamos, entretanto, que os sindicatos participantes na Comissão Organizadora provisória do Congresso defendem a urgência da sua realização, enquanto que, por outro lado, os sindicatos da linha da «Carta Aberta» apontam para o princípio do próximo ano. De qualquer forma, a divisão persiste, pelo menos a nível de dirigentes. No entanto, serão, precisamente, as assembleias de Trabalhadores que decidirão e definirão, as respectivas direcções, a atitude a assumir perante a realização do Congresso.

★ OS TÊXTEIS E O CONGRESSO

Entretanto, dando cumprimento ao programa estabelecido pela direcção do Sindicato dos Têxteis do Sul, reuniram-se os delegados do sector, que «requereram» a direcção a defesa, «até ao limite das suas forças» da proposta que apresentou para o regulamento do Congresso de todos os Sindicatos.

Recorde-se que os têxteis do Sul pretendem, ao contrário da C.N.O.P., que as delegações dos sindicatos presentes no Congresso sejam compostas, maioritariamente, por trabalhadores eleitos, em relação aos designados pelas direcções, e que o voto seja pessoal, em vez de ser contado por Sindicato.

Alis, aquela posição está de acordo com o teor duma moção aprovada em que defende que o Congresso não seja um Congresso de direcções sindicais, mas um Congresso de todos os trabalhadores portugueses.

Os sindicalistas têxteis do Sul, que defendem a unidade, criticaram, por seu turno, os sindicatos signatários da «Carta Aberta», por não terem estado presentes à sua

reunião e para a qual teriam sido convidados. No entanto, foi decidido que se enviassem esforços para que sindicatos da «Carta Aberta» participem em reuniões dos têxteis para darem conta das suas posições.

★ OUTRAS REUNIÕES

O Sindicato dos Trabalhadores de Escritório (linha «Carta Aberta») prossegue na efectivação, todos os dias, de sessões de esclarecimento, programadas até 9 do corrente, nas empresas com mais de uma centena de trabalhadores. A comissão organizadora provisória tem participado — aspecto que aqui e agora importa realçar — em muitas das sessões entretanto levadas a cabo.

Os delegados sindicais da Indústria hoteleira de Faro, sector laboral com peso e influência naquela cidade e em toda a provincia algarvia, efectuaram, ontem, também, uma reunião de trabalho ainda sobre a caudante questão que é, sem dúvida, o Congresso dos Sindicatos, enquanto possadores do centro e do sul, convocados pela Delegação de Lisboa do Sindicato Livre e pelos sindicatos de Faro e da Nazaré, vão decidir a sua posição no próximo domingo, pelas 10 horas, na doca de Pedrouços.

Os metalúrgicos e metalomecânicos de Leiria reunirão nos dias 8, 9, 10, 11 e 12 respectivamente na Marinha Grande, Leiria, Caldas da Rainha e Vieira de Leiria, enquanto os ferroviários do centro foram, para o mesmo efeito, convocados para as 13h30, no dia 9, para a Cantina de Lisboa (Rossio), e, no mesmo dia, na «Voz do Operário», realizou-se a assembleia geral extraordinária dos Trabalhadores Químicos e de Moagens do Centro, Sul e Ilhas.

No dia 14, serão os trabalhadores de escritório reunidos no Pavilhão dos Desportos, às 21 horas, que definirão o comportamento do seu Sindicato no próximo Congresso, enquanto os Bancários do Sul e Ilhas (cujos delegados sindicais aprovaram, por maioria, a não participação no Congresso, decidirão, em última instância, se a direcção deve, ou não, afastar-se da sua preparação e realização.

Direcção do Sindicato dos Telefonistas

19 Jan
3/10/76

acusada de não cumprir os estatutos

Realizou-se ontem nas instalações do Grupo dos Modestos uma conferência de Imprensa promovida por trabalhadores dos T.L.V. — Porto, representados na mesa pela Comissão Pró-Cumprimento dos Estatutos do Sindicato dos Telefonistas e Offícios Correlativos do Norte, e com o fim de publicamente denunciar a actuação da presente direcção face ao «grave desrespeito pela vontade dos trabalhadores» e, fundamentalmente, «ao não cumprimento dos Estatutos na sua matéria mais elementar».

Segundo revelou o porta-voz da comissão agora formada, António Ferreira da Silva, o problema que se vem desenvolvendo e que motivou, por parte dos trabalhadores que representam, esta tomada de posição através da qual exigem a actual Direcção do Sindicato o cumprimento dos Estatutos, remonta às decisões da última Assembleia Geral Extraordinária, efectuada no passado dia 23. Mais concretamente a um ponto de uma das propostas aprovadas, exigindo aqui a direcção se retire imediatamente dos Sindicatos da Carta Aberta e participe activamente nas R.G.S. convocadas pela C.N.O.P. e pelo Secretariado da Intersindical.

Posteriormente, no dia 27 de Setembro, a direcção do Sindicato distribuiu um comunicado em que responde àquela deliberação da A.G.E. declarando que «nós não assinamos a Carta Aberta, logo não entramos nela para que agora nos exijam a saída. Perfilhamos o espírito dos subscritores da Carta Aberta, isso é um facto e ao contrário ninguém nos obriga, ou deseja, ninguém nos obriga a pensar doutra maneira».

E mais à frente, «exigir que se saia dum lugar onde não se entrou é que não nos parece estar correcto. Para além de tudo isto temos também o direito de manifestar, em relação ao Secretariado da Intersindical, a nossa opinião: para nós, aquele Secretariado é uma corrente de transmissão dum partido político e que teve ao longo de mais de dois anos uma actuação extremamente golpista».

Perante este «jogo de palavras», como sublinhou o trabalhador Cruz Pereira, os trabalhadores, agora reunidos consideram que a Direcção do Sindicato «delibera ditatorialmente segundo as suas manias ou decisões emanadas do patrão ou, muito mais grave, decide tomar posições contrariando em consciência, a vontade expressa dos trabalhadores, apresentada inequivocamente em Assembleias Gerais». E concluem:

«A participação em movimentos sindicais clandestinos, como o MOSIDE e outros, segundo confirmação verbal do dirigente sindical Fernandes «participamos sem conhecimento do que aquilo era», demonstram que a tração aos trabalhadores não começa agora na «carta-aberta» mas já vem de longe».

Não assinaram somente perfilham e participam; o que equivale na prática ao mesmo. Os trabalhadores nunca decidiram tal perfilhamento e participação (nunca foram consultados para tal fim).

Perante a participação ou perfilhamento (com ou sem subscrição) os trabalhadores em Assembleia Geral decidiram o fim da auto-recreada manobra divisionista, exigindo a retirada da nossa representação do citado bloco divisionista, conforme proposta aprovada na A.G.T. de 23 de Setembro».

Sobre este problema, esta Comissão Pró-Cumprimento dos Estatutos do Sindicato dos Telefonistas agora formada, e com base em importantes antecedentes, que definem o comportamento da actual Direcção do Sindicato que enumeraram e classificam de «fuga às responsabilidades», divulgarão em breve um comunicado aos trabalhadores telefonistas.

ERRO 31076 1941

SINDICATO DOS TELEFONISTAS OSCILA ENTRE INTERSINDICAL E CARTA ABERTA

Uma contradição opõe alguns trabalhadores à direcção do Sindicato dos Telefonistas e Offícios Correlativos do Distrito do Porto, como resulta de uma conferência de imprensa ontem dada, no Grupo dos Modestos, por alguns trabalhadores associados naquele sindicato, auto-constituídos numa «Comissão de Denúncia». A confrontação situa-se à volta da opção tomada ou a tomar, por aquele sindicato em relação à sua aderência a um dos grupos político-sindicais — Carta Aberta ou C. N. O. P. — Comissão Nacional Organizadora Provisória, esta tendente a um congresso de sindicatos convocado pela Intersindical.



Mesa que presidiu os trabalhos do plenário dos Telefonistas no Clube dos Modestos

O Sindicato dos Telefonistas e Offícios Correlativos do Distrito do Porto, por força do Artigo 7.º dos seus estatutos realizou uma assembleia geral com o fim específico da sua filiação ou exclusão na Intersindical Nacional. Nesse plenário, por 486 votos contra 33, foi decidida a não filiação naquela central sindical, tendo resultado que o sindicato, na realidade já integrante da Intersindical, se retirou da mesma.

Posteriormente, a direcção do sindicato participou em reuniões do chamado grupo da Carta Aberta, tendo convocado uma assembleia geral, para o dia 23 do mês findo, com o fim de tratar o «congresso de todos os sindicatos para a unidade». Nessa assembleia, em cuja convocatória se anexavam documentos propagandando princípios defendidos pela Carta Aberta, acabou por ser aprovada uma proposta, também previamente propagandada, por 57 votos contra 14, a qual determinava, no seu n.º 6º, por determinar:

«Que a nossa direcção se retire imediatamente dos sindicatos da Carta Aberta e participe activamente nas R.G.S. (Reuniões Gerais de Sindicatos) convocadas pela C.N.O.P. e pelo Secretariado da Intersindical e por toda a sua organização que o apoiar».

Parante a aprovação desta proposta, a direcção daquele sindicato emitiu um documento em que, por sua vez, afirma: «Nós não assinamos a Carta Aberta, logo não entramos nela para que agora nos exijam a saída. Perfilhamos o espírito

dos subscritores da Carta Aberta, isso é um facto e ao contrário ninguém nos obriga, ou seja, ninguém nos obriga a pensar doutra forma. Mas, se agora aqueles 57 trabalhadores exigem que nós abandonemos a Carta Aberta, então informamos todos os associados de que vamos aderir a ela, subscrevendo-a depois. Perante essa situação real os trabalhadores decidiram da nossa continuação lá ou da saída».

Consubstancia-se, assim, todo um conjunto de confrontações e contradições, de determinada leitura político-sindical e carecendo, igualmente, de análise jurídica.

Aquele sindicato, então integrado na Intersindical Nacional, retirou essa filiação, dada assembleia geral especificamente convocada para tal fim, por força estatutária, onde a maioria dos então presentes (486 votantes) pela não filiação naquela central sindical.

A direcção programaticamente eleita, usando possivelmente da prerrogativa de «representar o sindicato em juízo e fora dele» participou em reuniões da Carta Aberta.

Posteriormente, outra assembleia geral, com 57 votantes, determina a direcção que se retire imediatamente (da Carta Aberta), devendo integrar-se num congresso de sindicatos «convocado... pelo Secretariado da Intersindical e por toda a sua organização que o apoiar».

Concluindo, existe neste caso uma confrontação de alguns trabalhadores (pró-Intersindical)

cal) que se opõem à direcção sindical (pró-Carta Aberta), enquanto que subsiste uma contradição, a merecer análise jurídica, de uma assembleia geral que determina a não filiação do sindicato na Intersindical Nacional, enquanto outra assembleia (mais recente mas não especificamente convocada) determina, não a filiação, mas que participe activamente no congresso convocado pelo secretariado da Intersindical e por toda a sua organização que o apoiar.

Estão de pé, quanto a nós duas perguntas que nos parecem pertinentes: qual das duas assembleias gerais tem primazia, em termos de vincular o sindicato a posições a assumir? A mais recente ou a especificamente convocada para tratar de temas de filiação político-sindical. E por outro lado: tem a direcção poderes para representar o sindicato, em juízo ou fora dele, após uma eleição democrática e programática, em termos de a autorizar a assistir a reuniões e aderir à Carta Aberta?

Estas confrontações e contradições, obviamente, só podem ser solucionadas no próprio seio dos trabalhadores, isto é, em assembleia geral.

À conferência de imprensa de ontem, no Grupo dos Modestos, foi convocada pela chamada «Comissão de Denúncia», em documento assinado pelo empregado n.º 80 175, António Rui Ferreira da Silva, — R. A.

BANCARIOS DO NORTE CONTRA NOTA DO M.T.

O Sindicato dos Bancários do Norte emitiu um comunicado a propósito da sua posição acerca da controversa nota ofensiva do Ministério do Trabalho, datada de 18 de corrente. Afirma a direcção sindical que ao tomar conhecimento do documento credenciou um seu elemento junto do M. Trabalho no sentido de receber os esclarecimentos e os projectos de decretos-lei sobre as matérias referidas; este elemento foi informado, na altura, de que naquele Ministério não existiam projectos de Decretos-Lei, mas sim alguns estudos sobre os referidos assuntos, que não nos foram facultados.

O comunicado, muito extenso salienta numa outra passagem: «Não se pode pois e de boa fé, aceitar como forma de participação a apresentação de meras sugestões desconhecendo-se oficialmente o que o Governo pensa, e que diz ter traduzido em ante-projectos que escamoteia ostensivamente aos trabalhadores (...).»

Nestes termos, entendemos dever rejeitar finalmente formas de pseudo-participação necessariamente geradoras de tensões sociais que importam quanto possível evitar, responsabilizando totalmente o Governo pelas consequências que uma atitude autoritária e exclusivista, nesta matéria, pode proporcionar.

A INTERSINDICAL REAGE À REVOGAÇÃO DA LEI DA UNICIDADE E PRECONIZA COMBATE AO PLURALISMO SINDICAL

A decisão do Conselho de Ministros de revogar a lei da unicidade sindical foi considerada, pelo Secretariado da Intersindical Nacional, como uma medida anticonstitucional, acentuando que a matéria é da exclusiva competência da Assembleia da República.

A tomada de posição da Intersindical foi dada a conhecer em comunicado distribuído à imprensa, afirmando-se no texto que a decisão do Conselho de Ministros vai contra a vontade manifestada pelos trabalhadores e cria condições objectivas para a instauração do pluralismo sindical no nosso país, responsabilizando-se depois o Governo pelas consequências que daí advierem.

O documento apela depois para que os trabalhadores combatam todas as tentativas de criação de estruturas paralelas e se unam firmemente para defender o movimento sindical unitário, acentuando, por outro lado, a necessidade de os trabalhadores manifestarem o seu repúdio. O comunicado aponta, por último, a necessidade de uma ampla discussão e participação do próximo Congresso de todos os Sindicatos no sentido da defesa da democracia, autonomia e independência do movimento sindical.

COMEMORADO O 6.º ANIVERSARIO

Entretanto, comícios, colóquios e plenários de empresa realizados em diversos pontos do País assinalaram a passagem do 6.º aniversário da Intersindical Nacional.

Com efeito, foi a 1 de Outubro de 1970, durante a vigência do regime fascista, que 14 sindicatos, com direcções eleitas pelos trabalhadores, reuniram para analisar em conjunto os problemas principais que se deparavam ao movimento sindical português e as classes trabalhadoras em geral. Outras reuniões promovidas por direcções sindicais da confiança dos trabalhadores, constituíram-se, assim, o embrião da Intersindical que, ao após o 25 de Abril de 1974 logrou a legalidade.

Uma das iniciativas das celebrações efectuou-se no Porto no Teatro Vale Formoso, tendo em dada altura o membro do Secretariado da Intersindical, Manuel Freitas, referido que os que atacam a Central Unificada dos Trabalhadores portugueses sabem por que o fazem. «Mesmo sob a pressão da P. I. D. E., prosseguiu, a Inter soube encontrar os caminhos da justiça, mobilizar os trabalhadores, conduzi-los a acção na defesa dos seus direitos».

Marcando a passagem do aniversário, numerosas organizações sindicais espalhadas pelo mundo dirigiram telegramas de felicitações. Foram, entre muitos outros, recebidas mensagens da C.G.T. Renault, Federação Sindical Mundial e Central de Trabalhadores de Cuba.

A C.E.S. E A REVOGAÇÃO

A revogação na quinta-feira pelo Governo de Lisboa da Intersindical portuguesa, fortemente influenciada pelos comunistas, foi acolhida favoravel-

mente pelo Comité Executivo da Confederação Europeia dos Sindicatos (C.E.S.), reunido em Genebra.

A C.E.S., que agrupa 31 sindicatos de 14 países da Europa Ocidental, ou seja, segundo indica a Confederação, 38 milhões de sindicalizados, recusa admitir a Confederação Geral do Trabalho (C.G.T. de França). As comissões operárias espanholas não são membros. Estas três organizações, espanhola, francesa e portuguesa, são todas consideradas como comunistas pela C.E.S.

Entretanto, Mathias Hinterschied (Luxemburgo), secretário-geral da C.E.S., declarou aos jornalistas: «Somos pela unidade sindical, mas a unidade forçada, imposta do exterior, não conduz a nenhum lado».

André Bergeron, secretário-geral de Forç-Couvière (sindicato francês), declarou: «Regozimo-nos com a decisão tomada pelo Governo português, porque estávamos convencidos que a Intersindical não passava de um instrumento do Partido Comunista».

«Foi preciso coragem ao Governo português para tomar essa medida», acrescentou Bergeron, «mas estamos persuadidos que ela contribuirá para o renascimento de um verdadeiro sindicalismo em Portugal». — (F. P.)

Intersindical acusa o Governo de favorecer o pluralismo

DMot
4/10/76

O secretariado da Intersindical Nacional insiste — em comunicado — no combate ao pluralismo sindical, a propósito do que classifica de «decisão inconstitucional do Conselho de Ministros em revogar uma parte da legislação sindical, contra a vontade manifestada pelos trabalhadores», o que, acrescenta, «cria condições objectivas para a instauração do pluralismo sindical no nosso país e torna-o responsável por todas as consequências que daí advierem».

Por isso, o Secretariado da Intersindical entende que deve alertar os trabalhadores para não se deixarem confundir pelos argumentos da revogação do Decreto-Lei 215-A-75, já que ele perdeu o seu efeito útil com a aprovação, em congresso, dos estatutos da Intersindical Nacional, cuja existência nem mesmo legalmente pode ser posta em causa — apesar do muito que os seus inimigos de classe têm feito e continuarão a fazer. O Secretariado da Intersindical, consciente da gravidade da situação, apela aos trabalhadores, às associações sindicais, para que, por todas as formas, manifestem o seu repúdio, combatam todas as tentativas de criação de estruturas paralelas e se unam firmemente para defender o movimento sindical unitário exigindo aos órgãos do Poder que não permitam a entrada em vigor das decisões inconstitucionais tomadas pelo Governo.»

A terminar o comunicado, a Intersindical afirma: «A defesa intransigente da democracia, autonomia e independência do movimento sindical reforçam a necessidade, sempre apontada pelo Secretariado da Intersindical, de uma ampla discussão e participação na preparação do próximo congresso de todos os sindicatos.»

O aniversário da Inter

Entretanto, pela passagem do 5.º aniversário da sua fundação, a Intersindical recebeu do estrangeiro três telegramas de felicitações, segundo comunica o departamento de informação da aquela organização.

Pronunciaram-se nesse sentido a C. G. T. da Renault (França), a Federação Mundial Sindical e a Central de Trabalhadores de Cuba, todas elas exortando a sua ómnigere portuguesa a prosseguir a luta iniciada em 1970.

Diversas realizações assinalaram um pouco por todo o País, os seis anos da Intersindical.

Na sessão efectuada em Coimbra, no salão do Inatel, que foi preenchida pela intervenção de dois oradores e por um espectáculo pelo Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra, que apresentou a peça «Arraia Miuda», Carlos Dias, um dos oradores, afirmou:

«No preâmbulo dos estatutos da Intersindical Nacional — Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses — pode ler-se: a Intersindical Nacional, constituída em Outubro de 1970, surge pela necessidade sentida pelos trabalhadores de se unirem a organizarem para melhor defenderem os seus interesses de classe. Esta passagem do preâmbulo dos estatutos, apenas confirma a orientação primeira que presidiu à fundação da Inter nos duros tempos do fascismo.

Efectivamente, a criação da Intersindical resultou directamente do aprofundamento e desenvolvimento da luta geral dos trabalhadores portugueses.»

E noutro passo: «Em face da recuperação capitalista que, dia a dia, se desenhava cada vez mais nitidamente, naturais se tornam esses ataques e calúnias contra a vanguarda organizada dos trabalhadores. Mas, se fácil é para nós entender a origem desses ataques e compreender a defesa assustada de privilégios postos em perigo pela luta dos trabalhadores, inevitável será para as forças da burguesia e do capital reconhecer que os trabalhadores unidos e organizados não cedem um milímetro no que diz respeito às conquistas que, dura e determinadamente, alcançaram!

Na realidade, temos esculpas. Na realidade mesmo sob a repressão da P. I. D. E. e Intersindical soube encontrar os caminhos da luta de classes, mobilizar trabalhadores, conduzi-los à acção. Após o 25 de Abril (que, sem dúvida, ajudámos a construir) lutámos pela Reforma Agrária, pela nacionalização dos sectores operário, pelas grandes conquistas dos trabalhadores. E por esta acção que estamos prontos a ser julgados. Seis anos de luta, sempre ao lado dos trabalhadores e das suas justas lutas, eis a nossa grande história!

Por sua vez, no Porto, realizou-se no Cine-Teatro Vale Formoso um comício-festa, durante o que se produziram numerosas afirmações de unidade, recordan-

do-se a reunião de 1 de Outubro de 1970, assinada pelos Sindicatos dos Ceixeiros, Lanfícios, Metalúrgicos, Bancários e de Propaganda de Lisboa.

Usaram da palavra, Angelo Ferreira e Luis Salgueiro e no decorrer da festa foi aprovada uma moção, na qual se reclama dos «órgãos do poder, medidas firmes para combater o terrorismo e defender as liberdades, nomeadamente a continuação das averiguações, até final, da rede bombista e punição severa de todos os seus responsáveis; medidas firmes para combater o boicote do patronato à negociação e ao cumprimento dos contratos colectivos de trabalho; a realização de uma política de recuperação da economia que faça pagar a crise ao grande capital que a provocou e não aos trabalhadores que, agora, são puras vítimas».

Legislação de trabalho contestada pela Inter

DMot
2/10/76

As recentes decisões do Governo sobre legislação do trabalho são contestadas pela Intersindical, através de um comunicado ontem emitido.

Aquela organização sindical refere-se aos direitos e garantias fundamentais dos trabalhadores, como o regime jurídico e a cessação do contrato de trabalho, a contratação colectiva, os saneamentos, o regime das empresas geridas pelos trabalhadores, etc., repudiando a legislação aprovada pelo Conselho de Ministros, especialmente no que diz respeito à revogação da Lei da Unidade Sindical e o horário de trabalho nacional, considerando que as decisões foram tomadas contra a vontade dos trabalhadores.

Confessando que não tem, ainda, conhecimento completo do conteúdo de tais decisões, a Intersindical entende «que algumas delas são claramente lesivas de interesses e direitos fundamentais dos trabalhadores, claramente consagrados na Constituição. São exemplos disso, o despedimento imediato sem dependência da conclusão de processo disciplinar; a generalização dos contratos a prazo e do regime de trabalho eventual; as fortes limitações ao direito de livre contratação colectiva; autonomização dos processos de contratação nos sectores públicos e nacionalizados; a suspensão da aplicação dos C.C.T. nas empresas com intervenção ou aval do Estado. Graves poderão ser para os trabalhadores as consequências da limitação mecânica e abstrata das remunerações complementares, as quais não poderão ultrapassar 50 por cento do salário base, da proibição de negociar benefícios complementares de previdência no âmbito da contratação colectiva; as alterações à lei da contratação que ignoram as posições já tomadas pelo movimento sindical; e aos horários de trabalho actualmente em vigor, etc.»

Noutro passo, o comunicado refere: «Muitas daquelas medidas representam, sem qualquer dúvida, uma clara intenção de fazer pagar fundamentalmente às classes trabalhadoras a actual crise económica e constituem, ainda, uma tentativa de retrocesso ou mesmo de anulação das mais importantes conquistas já alcançadas pelos trabalhadores depois do 25 de Abril. Não é por acaso que no mesmo dia em que o Governo tomava tais me-

Estatutos da Função Pública em análise

DMot 4/10/76

PORTO — Trabalhadores da função pública dos distritos de Braga, Viana do Castelo, Vila Real e Bragança iniciaram uma série de reuniões para análise do seu estatuto, publicado há dias e a que o Ministério do Trabalho apontou «irregularidades e cláusulas contrárias a lei sindical».

Nesse sentido, foi aprovada uma proposta que obriga a comissão instaladora do respectivo Sindicato a convocar com a máxima urgência assembleias gerais, tendo como ordem de trabalho essa questão.

Entretanto, foram já debatidos alguns problemas relacionados com os projectos de reclassificação, horários de trabalho e revisão do decreto sobre o quadro de adidos.

didas, revogava também a legislação que consagrava o princípio de unidade.»

A Intersindical diz, ainda: «O que o Governo assim processa é facilitar a acção daqueles que pretendem dividir os trabalhadores, para que tais medidas antioperárias e outras do mesmo teor sejam postas em prática. O movimento sindical e as demais organizações de classe dos trabalhadores, não podem ficar nem ficarão passivos perante esta ofensiva antioperária do Governo. Há que aumentar e consolidar a unidade dos trabalhadores face às gigantescas manobras divisionistas que se anunciam para breve. A unidade é condição indispensável para fazer frente, com êxito, à política antioperária que está em marcha. Há que actuar serena mas firmemente com o objectivo de levar o Governo a pôr em prática uma política que sirva os interesses dos trabalhadores e que respeite a Constituição.»

Moção de rejeição

Entretanto, assinado pelos Sindicatos de Electricistas do Sul e do Norte, Gráficos do Sul e dos Distritos de Aveiro, Coimbra e Braga, Ajudantes de Farmácia, Técnicos de Próteses Dentárias, Tanoeiros de Portugal, Profissionais de Psicologia, Indústria e Comércio Farmacêutico e Enfermagem do Sul e pelas Federações de Panificação, Hotelaria e Similares do Sul e Celulose e Papel, foi-lhes remetido um comunicado relativo ao diploma respeitante às carteiras profissionais, dando conta de uma moção em que:

«1 — Decidiram rejeitar o processo de consulta em separado, como o Ministério do Trabalho tem vindo a fazer, suscitando a resposta isolada dos sindicatos susceptível de conduzir a resultados divisionistas;

2 — Exigem que o Ministério do Trabalho ponha à discussão dos trabalhadores, através das associações sindicais, o projecto de lei que regulamentava as carteiras profissionais e que seja fixado prazo que permita uma ampla discussão;

3 — Rejeitam, desde já, qualquer diploma legal que venha a ser publicado sobre esta matéria, sem que os trabalhadores tenham podido discutir o projecto de lei governamental, por violador da Constituição da República.»

Hesitações político-sindicais dos telefonistas do Porto

DMot
4/10/76

PORTO — Um grupo de trabalhadores abrangidos pelo Sindicato dos Telefonistas e Oficinas Correlativas, autonomicados de «comissão de denúncia», analisaram em conferência de Imprensa na sede do Grupo dos Modestos, as contradições vindas a lume pela opção tomada (ou a tomar) por aquele organismo sindical, relativamente aos grupos político-sindicais subscritores da Carta Aberta e Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso dos Sindicatos.

A realização de duas assembleias gerais em que trabalhadores afectos à linha pró-Intersindical e pró-Carta Aberta fizeram aprovar propostas totalmente contrárias, parece ter colocado a direcção do Sindicato dos Telefonistas perante uma possível desunião no seio dos trabalhadores que representa.

Com efeito, no decurso de uma reunião efectuada há algum tempo, o referido sindicato retirou a sua filiação da Intersindical perante uma votação de 486 votos contra 33. Mais tarde, a direcção viria a participar em reuniões promovidas pelos sindicatos da Carta Aberta, sem que essa determinação fosse aprovada pela maioria da classe.

Na sequência de novas assembleias, foi aprovado que a direcção se retire imediatamente dos sindicatos da Carta Aberta e participe activamente em reuniões gerais de sindicatos convocados pela C.N.O.P. e secretariado da Inter.»

Entretanto, permanece a oscilação da classe entre as duas correntes político-sindicais, esperando-se uma nova assembleia de trabalhadores para esclarecer a questão.

«Não podemos ficar na defensiva»

“Sem sermos utópicos ao ponto de afirmar que fizemos tudo bem feito estamos conscientes que ninguém nos poderá acusar dos males que enfermam a nossa economia” — afirmou um membro do secretariado da CIL (Cintura Industrial de Lisboa) na abertura do plenário realizado no sábado e que reuniu na Cometa 220 delegados. “Somos contrários à política de terra queimada — prosseguiu o orador — e pensamos que o país para se desenvolver terá de aumentar a produção e a produtividade, diminuir os défices públicos e reduzir a diferença entre o que se consome e aquilo que se produz. Mas ninguém pense que isso será possível com desprezo pela opinião e participação dos trabalhadores”, acrescentou o orador na sua intervenção inicial.

Ao longo das dez horas que durou o plenário os diversos delegados, que embora pertencendo a diferentes quadrantes políticos reflectiram sobretudo a unidade de princípios e de interesses de classe que os une, apresentaram, aos companheiros das outras empresas, a situação económica das suas fábricas e desmontaram as diferentes formas utilizadas pela entidade patronal e por certas Comissões de Gestão nomeadas pelo Governo, nas “suas tentativas de recuperação capitalista”.

Um dos “casos” que despertou maior interesse e que viria a ser objecto de uma moção específica no final do plenário é o da “Intento”. Esta empresa produz materiais para a construção civil e foi intervencionada em Novembro do ano passado. A sua Comissão de Gestão, nomeada pelo VI Governo Provisório, é constituída pelos srs. dr. Quaresma e eng. Lopes. Usando arbitrariamente dos seus poderes — segundo afirmou um delegado sindical — esta Comissão de Gestão

“suspendeu os 11 elementos da Comissão de Trabalhadores” determinando igualmente “a proibição de acesso às instalações da empresa”, além da instauração de um processo disciplinar. O pretexto para esta punição que significa na realidade uma tentativa de desmembrar a organização dos trabalhadores, foi uma reunião que a CT realizou, no seguimento do “pedido da Comissão de Gestão sobre a opinião dos trabalhadores quanto à desintervenção do Estado”.

SOLIDARIEDADE COM A INTENTO

A exposição da CT da “Intento” que juntamente com a “Sanimar”, “Livreria Bertrand”, “J.J. Gonçalves” aparecem como as unidades industriais onde “as manobras patronais” se revelam com maior agressividade, mereceu uma nota de solidariedade destacada por parte dos 220 delegados. A moção aprovada por aclamação exige a “reintegração e recondução imediata dos elementos da CT, com a abolição de qualquer sanção disciplinar”. Foi igualmente decidida a realização de uma conferência de Imprensa promovida pelo secretariado da CIL para expor a situação na “Intento” — e também na “Sanimar”. No “caso de se manter a suspensão arbitrária”, os representantes das 130 empresas da Grande Lisboa mandaram o secretariado da CIL para que, “acompanhado do movimento sindical, crie as condições necessárias para a realização de uma grande concentração na zona da empresa Intento”.

No decorrer deste plenário, notável pela capacidade de mobilização revelada e pela quantidade de informação fornecida o ponto forte foi “a inconstitucionalidade da legislação” apresentada pelo ministro do Trabalho no Conselho

de Ministros que — frisou um orador — se “integra na frente constituída por vários ministérios favorecendo a recuperação capitalista”.

“O momento é de luta, vigilância e unidade”, afirmam os delegados nas conclusões aprovadas por unanimidade e aclamação. Depois de recordarem que “a ofensiva do patronato reaccionário” tem encontrado “em muitos aspectos o estímulo e apoio do Governo” e que esta “ofensiva” só pode “ser enfrentada com êxito de modo unitário e organizado” os congressistas afirmam que “os trabalhadores não podem permanecer na defensiva”. Mandatam por isso, o secretariado da CIL para a “realização de Conferências de Imprensa periódicas”, bem como as CTs. que constituem este secretariado, a que se podem juntar outras CTs, para que “estabeleçam contactos com os órgãos de Poder, com as comissões parlamentares do PCP e do PS, a fim de os alertar contra as tentativas em curso e requerer as medidas adequadas”. Neste sentido, uma moção contra a legislação anunciada em Conselho de Ministros, que “põe em causa os direitos fundamentais dos trabalhadores” permitindo os despedimentos imediatos a suspensão dos contratos colectivos em empresas nacionalizadas ou intervencionadas e a alteração do horário nacional, foi aprovada por unanimidade e aclamação.

O plenário decidiu “repudiar” a legislação por “contrária aos interesses dos trabalhadores” e manifesta inconstitucionalidade, “reclamando junto das entidades constitucionais” para que exerçam o seu poder, a fim de “impedir a sua entrada em vigor”.

Sobre a ofensiva contra as empresas intervencionadas” decidiram os congressistas convocar um plenário para o próximo dia nove, onde se debaterá em pormenor a situação criada pelas últimas medidas governamentais. Para a organização deste plenário ficou determinado que se proceda à “constituição de um grupo dinamizador”, que conjuntamente com o secretariado das empresas em autogestão, a Intersindical e as empresas “mais atacadas”, se encarregará dos trabalhos preparatórios.

O plenário, dirigido por uma mesa composta pelo secretariado da CIL, um representante da Cintura Industrial do Porto, da União dos Sindicatos de Lisboa dos Estaleiros de Viana do Castelo, debruçou-se ainda sobre a organização do Congresso de Todos os Sindicatos e pronunciou-se sobre a posição das Comissões de Trabalhadores face às próximas eleições para as autarquias locais.

A moção aprovada sobre a organização do Congresso de Todos os Sindicatos “apela à participação no Congresso e na reestruturação da Intersindical Nacional” e incita “todos os sindicatos nomeados para fazerem parte da CNOP” a que participem nos trabalhos preparatórios do Congresso. O plenário pronunciando-se sobre as eleições para as autarquias locais salienta que têm de “constituir uma vitória popular no combate ao caciquismo e pela defesa da Constituição”. Apela, por isso, a que “as possíveis divergências sejam superadas” e se constitua “uma ampla frente que vise para além dos interesses partidários os interesses do nosso Povo e as suas necessidades prementes”.

EM PLENÁRIO DE DELEGADOS-TRABALHADORES CINTURA INDUSTRIAL DE LISBOA

OPÕE-SE À RECUPERAÇÃO CAPITALISTA

Mais de 200 delegados representando as Comissões de Trabalhadores da quase totalidade das empresas industriais da Grande Lisboa reuniram-se em plenário na Cometa (Amadora), durante todo o dia de sábado, com o objectivo de tomar posição face às medidas legislativas preparadas pelo executivo governamental que — afirmaram — vai, “em muitos casos”, ao encontro da “actual ofensiva do patronato e da reacção” contra os trabalhadores e “as suas conquistas obtidas depois do 25 de Abril”.

O plenário convocado pelo secretariado da Cintura Industrial de Lisboa foi considerado como um dos mais

importantes realizados no âmbito da CIL, pela representatividade e interesse dos participantes. A reunião congregava unicamente as empresas da margem Norte, já que as CTs da margem Sul se organizaram em estrutura autónoma ao redor da cintura industrial de Setúbal.

Os representantes de mais de 130 empresas decidiram que “os trabalhadores não podem permanecer na defensiva” face às “tentativas de recuperação capitalista” e aprovaram diversas moções — por unanimidade e aclamação — criticando “as decisões lesivas dos interesses dos trabalhadores” tomadas pelo Conselho de Ministros no dia 30 de Setembro. A ofensiva

patronal que “com o apoio de membros do Governo” se organiza contra as empresas em autogestão ou intervencionadas, bem como a “política direita do MEIC” que institui as barreiras elitistas características do regime fascista, foram objecto de moções de denúncia o “repúdio”.

(Pág. 20)

Diário
4/10/78

Cintura Industrial repudia recentes medidas legislativas

Cerca de duas centenas de delegados das comissões de trabalhadores de mais de 130 empresas industriais da cintura industrial de Lisboa (C.I.L.) reuniram este sábado na Amadora e analisaram as medidas legislativas recentemente tomadas pelo Governo. O plenário decidiu, após debate, repudiar as leis do trabalho aprovadas pelo último Conselho de Ministros, por as considerarem «contrárias aos interesses dos trabalhadores» e inconstitucionais.

As CTs da cintura industrial reclamarão, por isso, junto das

entidades constitucionais, no sentido de «impedir a sua entrada em vigor». Segundo um orador, as medidas agora consagradas, que foram já objecto de severa crítica por parte da Intersindical, integram-se «na frente constituída por vários ministérios, favorecendo a recuperação capitalista». A legislação anunciada, na realidade, «põe em causa os direitos fundamentais dos trabalhadores», facilitando os despedimentos imediatos, permitindo a suspensão dos contratos colectivos em empresas nacionalizadas ou intervencionadas e a alteração do horário de trabalho nacional — lê-se numa moção aprovada por aclamação.

O secretariado das comissões de trabalhadores da C.I.L., promotor da reunião, ficou mandatado para realizar conferências de Imprensa periódicas para divulgação das posições adoptadas, e para estabelecer contactos com os órgãos do poder e as comissões parlamentares do P.C. e do P.S., «a fim de os alertar contra as tentativas em curso e requerer as medidas adequadas».

Os delegados presentes acusam o Governo de prestar «estímulo e apoio», em muitos casos, à «ofensiva do patronato reaccionário», perante a qual os trabalhadores «não podem permanecer na defensiva». Para a enfrentar com êxito — lê-se nas conclusões do plenário — há que trabalhar de modo unitário e organizado: «o momento é de lutar, vigilância e unidade».

CONGRESSO

Os delegados examinaram também questões respeitantes ao próximo Congresso de todos os sindicatos, concluindo com um apelo à participação no Congresso e na reestruturação da Intersindical. Aconselharam, ainda, os sindicatos eleitos para a comissão nacional organizadora provisória a integrarem-se efectivamente nos trabalhos.

Outro tema em debate: as eleições para as autarquias locais, que terão de «constituir uma vitória popular no combate ao caciquismo e pela defesa da Constituição». O plenário apelou para que sejam superadas as possíveis divergências existentes, no sentido da constituição de «uma ampla frente que vise para além dos interesses partidários os interesses do nosso Povo e as suas necessidades prementes».

Foi também analisado o caso da «Interto», empresa de materiais para a construção civil, onde foram suspensos os onze elementos da comissão de trabalhadores pela respectiva comissão de gestão. O plenário decidiu exigir a reintegração e recondução imediata dos elementos suspensos, com a abolição de qualquer sanção disciplinar. A situação será oportunamente exposta em

conferência de Imprensa. Entretanto, msecretário da C.I.L. ficou mandatado para, juntamente com o movimento sindical, criar as condições necessárias para a realização de uma grande concentração na zona daquela empresa, caso se mentenha a suspensão.

Os delegados manifestaram-se desta forma solidários com os seus camaradas da Intento, vítimas de «manobras patronais, tal como nos casos da Sanimar, J.J. Gonçalves e Livraria Bertrand».

O plenário criticou as «afirmações acusatórias dirigidas aos trabalhadores e suas organizações» pelo Primeiro Ministro, na sua última comunicação ao País. «Sem sermos utópicos ao ponto de afirmar que fizemos tudo bem feito, estamos conscientes de que ninguém nos poderá acusar dos males de que enferma a nossa economia nacional», afirmou-se.

«Contrários à política de terra queimada também nós pensamos que o País, para se desenvolver, terá de aumentar a produção e a produtividade, diminuir os défices públicos e reduzir a diferença entre o que se consome e aquilo que se produz. Mas ninguém pense que isso será possível com desprezo pela opinião e participação dos trabalhadores» disse um orador.

DIÁRIO DE LISBOA

LISBOA

4 OUT. 1976

Motoristas do Porto abandonam "Carta Aberta"

A Comissão de Redacção da «Carta Aberta», grupo de sindicatos que se tem recusado a integrar no trabalho unitário de preparação do próximo Congresso de Todos os Sindicatos, acaba de perder um dos seus elementos: o Sindicato dos Motoristas do Porto.

A direcção deste organismo decidiu cumprir o deliberado pelos delegados sindicais, em reunião efectuada este sábado. Abandonará, assim, a Comissão de Redacção da «Carta Aberta», que passa a contar apenas com um único sindicato operário: os Metalúrgicos de Aveiro.

Recorde-se que em diversos sindicatos os sócios, em assembleias gerais ou através dos delegados sindicais, têm exigido às respectivas direcções que se desvinculem do grupo da «Carta Aberta» e se integrem nos trabalhos preparatórios do Congresso, que decorrem sob orientação da Comissão Nacional Organizadora Provisória (CNOP).

No entanto, as direcções sindicais em causa têm-se recusado sistematicamente a dar cumprimento a essas deliberações. Tal é o caso do Sindicato dos Escritórios de Lisboa, que é o principal sindicato de serviços do País.

Jan 4/10/76

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DO PORTO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONTINUAÇÃO

2.ª Sessão

Convocam-se os associados deste Sindicato a reunirem-se no próximo dia 4 de Outubro, às 21,30 horas, no Pavilhão do Académico, à Rua de Costa Cabral, em Assembleia Geral Extraordinária — 2.ª Sessão — com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações sobre o Congresso dos Sindicatos (continuação)
2. Posição do Sindicato sobre as alterações na Legislação de Trabalho referidas na nota oficiosa do Ministério do Trabalho de 13-9-76
3. Informações

Porto, 2 de Outubro de 1976.

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Daniel Leite Correia Tavares

MUITO IMPORTANTE: A entrada é feita exclusivamente com o cartão de associado. Os Colegas que ainda não levantaram os Cartões Provisórios (emitidos desde Novembro de 1975) podem fazê-lo no Sindicato, até às 20 horas.

AOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO

O CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PARA A UNIDADE OU O 2.º CONGRESSO DA INTERSINDICAL?

Só um amplo esclarecimento das questões que se põem ainda ao Movimento Sindical Português permitirá aos trabalhadores resolverem os problemas que os preocupam.

Há necessidade de que todos, mas TODOS, aceitem correctamente a discussão aberta e franca das divergências que obstam à unidade de facto entre os trabalhadores.

A Assembleia do passado dia 27-9-76 mostrou uma vez mais aqueles para quem a Democracia não passa de mero palavreado demagógico em vez de toda uma vivência; aqueles que não servem a Democracia mas pretendem servir-se dela, para insultarem os trabalhadores nas suas convicções.

Desenha-se toda uma movimentação de assalto aos Sindicatos Democráticos, a todos quantos frontalmente recusam que um qualquer grupo queira manter o domínio sobre as organizações dos trabalhadores contra a vontade destes.

Tal «perfuração» só será possível no nosso Sindicato se os trabalhadores constituírem a primar pela não participação nas Assembleias Gerais.

Tal como ontem, também hoje os processos de recuperação são os mesmos: procurar-se conquistar pelo golpismo o que se não conseguiu pela via da Democracia.

Colegas:

COMPARECE NAS ASSEMBLEIAS GERAIS.

A TUA PARTICIPAÇÃO É INDISPENSÁVEL.

O SINDICATO NÃO É A DIRECÇÃO. ES-TÁ TAMBÉM!

A DIRECÇÃO

Coincidindo com a revogação da lei da unicidade sindical

Lula 4/10/76

A Inter comemorou o sexto aniversário

Com comícios, colóquios e plenários de empresas, realizados em diversos pontos do País, a Intersindical comemorou o sexto aniversário da sua fundação. Foi a 1 de Outubro de 1970, durante a vigência do regime fascista, que 14 sindicatos com direcções eleitas pelos trabalhadores reuniram para analisar em conjunto os problemas gerais das classes trabalhadoras e do movimento sindical. A partir desta data, realizaram-se diversas outras reuniões de direcções sindicais da confiança dos trabalhadores, que constituíram o embrião da Intersindical, legalmente criada só após o 25 de Abril de 1974.

Este fim-de-semana, decorreram no distrito de Lisboa diversas manifestações desportivas, comícios e vendas de livros, para assinalar o aniversário da central sindi-

cal. Durante um comício-festa realizado no Porto, Manuel Freitas, do secretariado da Intersindical, referiu que «os que atacam a central dos trabalhadores portugueses sabem por que o fazem; mesmo sob a repressão da Pide, a Inter soube encontrar os caminhos da justa luta, mobilizar os trabalhadores, conduzi-los à acção na defesa dos seus direitos».

Entretanto, o Comité Central do PCP, reunido em sessão plenária, deliberou enviar uma saudação à Intersindical pela passagem desta data, expressando «a sua confiança na força e vitalidade do movimento sindical unitário português, na luta contra a exploração e a recuperação capitalista, pela democracia e pelo socialismo». Uma outra saudação, de França, envia «volos de

vitória na luta pela unidade e de sucesso no Congresso dos Sindicatos». Também a Federação Mundial Sindical assinala o aniversário, salientando que «a criação, há seis anos, da Intersindical, marca uma data das mais importantes na luta pelos interesses e aspirações dos trabalhadores portugueses; nascida em condições difíceis de repressão fascista, conseguiu superá-la com coragem, e dotar a classe trabalhadora portuguesa de um instrumento de combate dos mais eficazes para levar a bom termo a acção para as reivindicações contra a ditadura e pelas liberdades».

Finalmente, a Central de Trabalhadores de Cuba enviou um telegrama à «organização irmã» da Intersindical, saudando a passagem do sexto aniversário da central sindical.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE SETÚBAL

Sede: Av. 5 de Outubro, 121-1.º - Tel. 22047 - SETÚBAL
Deleg: R. Carvalho Serra, 36-B - ALMADA
R. Miguel Pais, 172 - BARREIRO

Diniz 4/10/76

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Ao abrigo do Art.º 34-b) dos Estatutos, convocam-se todos os sócios do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Setúbal para uma Assembleia Geral Extraordinária a realizar no dia 12/10/76 pelas 21.00 nas instalações do INATEL em Setúbal, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

1 - CONGRESSO DOS SINDICATOS

- a) Informações
 - b) Discussão e deliberação sobre os projectos de Regulamento
- 2 - DELEGADOS SINDICAIS E PREVIDÊNCIA
3 - CONTRATAÇÃO

NOTA - É indispensável a apresentação do cartão de sindicalizado.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL
Rui Manuel Gonçalves Guerreiro

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA VIDREIRA

Sede: Rua 18 de Janeiro, n.º 13 - Telefone 52 783
MARINHA GRANDE

Lula 4/10/76

MOÇÃO

Os delegados sindicais do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira (Zona Centro) reunidos em plenário no dia 28/9/76 tendo apreciado a nota oficiosa da Secretaria de Estado da Segurança Social referente a um comunicado emitido pela União dos Sindicatos de Leiria, decidiram:

- 1 - Repudiar a atitude desse Senhor Secretário de Estado, Vítor Vasques, que embora diga pertencer a um Governo de trabalhadores para trabalhadores, usa na prática manobras sujas para criar a confusão e portanto a divisão do Movimento Sindical.
- 2 - Repudiar veementemente essa nota oficiosa e a maneira como o Sr. Secretário de Estado trata os representantes dos trabalhadores, através do seu organismo de classe, o Movimento Sindical.
- 3 - Repudiar as calúnias contra a União dos Sindicatos inseridas nessa mesma nota oficiosa, que só por si demonstra bem a política anti-sindical preconizada por esse Senhor Secretário de Estado.
- 4 - Exigir o cumprimento da portaria 431/76 e por conseguinte a nomeação para a Comissão Administrativa dos Serviços Médico-Sociais dos dois representantes do Movimento Sindical já eleitos.

Marinha Grande, 28/9/76

OS DELEGADOS DO S.T.I.V.
ZONA CENTRO

Telefonistas denunciam direcção sindical

PORTO — “A Direcção do Sindicato tem duas vias a seguir: ou serve os interesses dos trabalhadores e então estaremos com ela, e se não servir, não poderemos admitir que a nossa vontade seja ultrapassada por forças estranhas aos nossos interesses”, salientaram trabalhadores dos telefones do Porto, no decorrer de uma conferência de imprensa em que foi denunciado o “desrespeito pela vontade dos trabalhadores e não cumprimento dos Estatutos, na sua matéria mais elementar, por parte da direcção do Sindicato”.

Fazendo um pequeno historial das mais recentes actuações da direcção sindical, nomeadamente a participação nos trabalhos da “Carta Aberta”, sem qualquer consulta aos associados, os trabalhadores presentes na conferência de imprensa salientaram que “a direcção do Sindicato tem sistematicamente minimizado, ou até ignorado, a proposta aprovada na última reunião extraordinária de trabalhadores”, em que ficou determinado: “que a nossa direcção se retirasse imediatamente dos Sindicatos da ‘Carta Aberta’ e participasse activamente nas

reuniões Gerais de Sindicatos convocadas pela Comissão Nacional Organizadora Provisória (CNOB) do Congresso dos Sindicatos e pelo Secretariado da Intersindical por toda a sua organização que o apoia”.

“A participação em movimentos sindicais clandestinos como o MOSIDE e outros, segundo confirmação verbal de um membro da direcção demonstra que a traição aos trabalhadores não começa agora na ‘Carta Aberta’, mas já vem de longe”, acrescentaram ainda os trabalhadores dos telefones do Porto.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO

Lista «A» vencedora nas eleições no Porto

PORTO — No acto eleitoral mais concorrido de sempre (32,6 por cento de votantes), os trabalhadores do comércio do distrito do Porto, escolheram, no sábado passado, por esmagadora maioria, para os corpos gerentes do seu sindicato no triénio de 1976/79, a lista A, “por um grande sindicato do comércio ao serviço dos trabalhadores”.

Terminado o escrutínio, apurou-se que, dos 2897 votos entrados nas urnas, instaladas no Porto, Penafiel e Póvoa do Varzim, a lista vencedora recolhia 2248 votos (77,6 por cento) enquanto a lista B, “por um sindicato democrático e independente”, somava 645 (22,3 por cento), com apenas 4 votos nulos (0,1).

Entre os trabalhadores escrutinados e que na próxima semana tomarão posse nos seus cargos, encontram-se alguns pertencentes aos corpos gerentes cessantes, dirigentes de importantes e vitoriosas lutas dos

caixeiros do Porto, comércio retalhista, livreiros, sector de forragens, entre outras. Os novos corpos gerentes são agora presididos por António José Monteiro Silva (Assembleia Geral), António Hercúlo Ferreira Jorge (Direcção) e António Rodrigues Ferreira (Conselho Fiscal).

Do programa da lista vencedora, consta, entre outros objectivos, a construção de uma creche/infantário, uma cooperativa de habitação, um serviço de consulta jurídica para os associados, e diversas actividades recreativas, culturais e desportivas.

No que respeita à defesa dos direitos sindicais dos trabalhadores a lista A visa garantir o princípio de “a trabalho igual, salário igual”, independentemente do sexo e idade. Pretende também lutar por “mínimos salariais que correspondam às necessidades dos trabalhadores, tendo em vista

o custo de vida e a evolução global da economia”.

Para além de outros objectivos, a nova direcção do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito do Porto orientará a sua actividade a favor da revogação da Lei da Contratação Colectiva (164-A/76) que “graves prejuízos tem causado às classes trabalhadoras, uma vez que possibilita a recusa sistemática das associações patronais à negociação”.

Recibo
4/10/76

Recibo
4/10/76

SINDICATO DOS TRABALHADORES GRÁFICOS DO SUL E ILHAS ADJACENTES CONVOCAÇÃO

Nos termos estatutários, convoco a Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato, para reunir no dia 14 de Outubro de 1976, às 21 horas, na Sociedade de Instrução e Beneficência «A Voz do Operário», sita na Rua Voz do Operário, n.º 13, em Lisboa, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- I. Congresso dos Sindicatos;
- II. Informações

Lisboa, 4 de Outubro de 1976

O Presidente da Assembleia Geral
a) António Luís Eça Tavares

SINDICATO DOS TRABALHADORES ELECTRICISTAS DO CENTRO

Rua Simões de Castro, 159-1.º

COIMBRA

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS SINDICAIS

Para continuação dos trabalhos, convocam-se todos os Delegados Sindicais, para uma Assembleia que se realiza na sede do Sindicato, no dia 6 de Outubro de 1976 às 9.30 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 — CONGRESSO DOS SINDICATOS
a) — Projecto de Regulamento
- 2 — LEGISLAÇÃO DE TRABALHO
- 3 — INFORMAÇÕES

Coimbra, 30 de Setembro de 1976

A DIRECÇÃO

Recibo
4/10/76

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO SUL E ILHAS

CONVOCATÓRIA

REUNIÕES DISTRITAIS DE BANCÁRIOS

DEBATE SOBRE O CONGRESSO DEMOCRÁTICO DE TODOS OS SINDICATOS PARA A UNIDADE

A direcção do Sindicato e as respectivas Comissões Distritais de Delegados Sindicais convocam todos os trabalhadores para participarem activamente nas sessões de debate sobre o CONGRESSO DEMOCRÁTICO DE TODOS OS SINDICATOS PARA A UNIDADE, a realizar de acordo com o seguinte calendário:

DIA	HORA	CIDADE	LOCAL
4.ª feira, 6	21.00	CASTELO BRANCO	Av. 28 de Maio, 39-2.º Dt.º
4.ª feira, 6	21.00	FUNCHAL	Rua das Murças, 25
5.ª feira, 7	21.00	PORTALEGRE	Praceta dos Lusitadas, s/n.º 1.º Esq.º
2.ª feira, 11	21.00	BEJA	Soc. Filarm. Capricho Bejense Rua da Moeda
2.ª feira, 11	21.00	ÉVORA	Rua do Raimundo, 95-1.º Dt.º
3.ª feira, 12	21.30	FARO	Rua Vasco da Gama, 54-2.º Dt.º
4.ª feira, 13	21.00	SANTARÉM	Largo do Seminário, 22-1.º
4.ª feira, 13	21.00	SETÚBAL	INATEL — Praça da República

A TUA PRESENÇA É INDISPENSÁVEL! COMPARECE!

A LUTA CONTINUA:

- PELO CONGRESSO DEMOCRÁTICO DE TODOS OS SINDICATOS PARA A UNIDADE!
- PELA CENTRAL SINDICAL ÚNICA, AUTÓNOMA, DEMOCRÁTICA E INDEPENDENTE!

TODOS À ASSEMBLEIA GERAL, NO DIA 15, NA F.L.L.

A DIRECÇÃO

Lisboa, 1 de Outubro de 1976

PUBLICIDADE

Sindicato dos Bancários do Norte

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

A pedido da Direcção e nos termos da alínea a) do art. 34.º e alínea b) do art. 24.º, convoco a Assembleia Geral deste Sindicato para o dia 8 de Outubro de 1976, pelas 21 horas, no Pavilhão do Académico Futebol Clube, sito à Rua de Costa Cabral, nesta cidade, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- REVISÃO DO CONTRATO COLECTIVO DE TRABALHO — Análise do Clausulado distribuído

Porto e Sindicato dos Bancários do Norte, 1 de Outubro de 1976.

O segundo-secretário da Mesa da Assembleia Geral,

a) EUGÉNIA MARIA NÓBREGA DA MOTA

INTERSINDICAL NACIONAL CONVOCATÓRIA

CONSELHO GERAL QUARTA-FEIRA, DIA 6 DE OUTUBRO DE 1976

Ao abrigo do Artigo 43 dos Estatutos da Intersindical Nacional convoca-se o Conselho Geral para reunir na próxima quarta-feira, dia 6 de Outubro de 1976, pelas 15 horas, na Rua Vítor Cordon, n.º 1, em Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único:

- Discussão e medidas a tomar face às decisões tomadas no Conselho de Ministros do dia 30/9/76 sobre Legislação do Trabalho.

NÃO FALTES — NÃO FALTES — NÃO FALTES

Lisboa, 1 de Outubro de 1976.

SAUDAÇÕES SINDICAIS

Secretariado da Intersindical Nacional

Sindicato de Garagens, Postos de Abastecimento Transportes e Ofícios Correlativos do Centro e Sul

Av. Almirante Reis, 45, 1.º — Telef. 83 93 18/84 86 33 — Lisboa-1

CONVOCATÓRIA DELEGADOS SINDICAIS

Convocam-se todos os Delegados Sindicais dos Distritos de Lisboa e Setúbal para um plenário a realizar no próximo dia 6 de Outubro pelas 15 horas, no Salão Nobre do Instituto Superior Técnico, Av. Rovisco Pais — LISBOA, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.º — Discussão do Projecto para o Congresso dos Sindicatos.
- 2.º — C. C. T. das Garagens.
- 3.º — A. C. T. dos Transportes.

Vamos oficializar à tua entidade patronal a solicitar a tua dispensa do serviço de forma a poderes estar presente neste plenário.

ESTE PLENÁRIO É MUITO IMPORTANTE, COMO DELEGADO SINDICAL TENS A OBRIGAÇÃO DE COMPARECER E PARTICIPAR NO MESMO.

NÃO FALTES

Lisboa, 29 de Setembro de 1976

O PRESIDENTE DA DIRECÇÃO
José Eduardo M. Borges

«RESPOSTA UNITÁRIA E ORGANIZADA CONTRA A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA»

D. Populista
4/10/76

As tentativas de recuperação capitalista ensaiadas pelo patronato e por certas comissões de gestão nomeadas pelo Governo, foram o tema central do debate dos 220 delegados que participaram, no último sábado no plenário da Cintura Industrial de Lisboa (C. I. L.).

O debate prolongou-se por cerca de dez horas, tendo sido examinadas as situações concretas em algumas empresas, com base nas declarações dos respectivos trabalhadores; e, a propósito focou-se outro aspecto importante: a legislação proposta pelo Ministério do Trabalho ao Conselho de Ministros que foi considerada inconstitucional e que integra na frente constituída nos vários ministérios, favorecendo a recuperação capitalista.

Com efeito, o problema levantado pela ofensiva do patronato tem sido agravado pelo apoio e estímulo que o Governo — segundo dizem — em muitos aspectos, lhe tem dado, o que exige, em contrapartida, aos trabalhadores, uma resposta unitária e organizada: os trabalhadores não podem permanecer na defensiva conforme afirmou um dos congressistas. Neste sentido, e como primeira medida concreta de acção, ficou mandatado o Secretariado da C. I. L. para convocar conferências de imprensa periódicas com o objectivo de informar e esclarecer a população; por seu lado, as comissões de trabalhadores irão contactar os órgãos do Poder e as comissões parlamentares do P. C. P. e do P. S., alertando-as contra as tentativas em curso e requerendo medidas adequadas. Entretanto, vai convocar-se um plenário para o próximo dia 9, a fim de ser exactamente analisada a situação emergente da ofensiva contra as empresas intervenionadas.

A próxima realização do Congresso de todos os Sindicatos foi também alvo de atenção do plenário, tendo sido aprovada uma moção que anela para a participação

dos sindicatos nomeados para a C. N. O. P., no Congresso e consequentemente, na reestruturação da Intersindical Nacional.

Também a próxima realização de eleições para as autarquias locais mereceu uma breve análise do plenário, tendo sido realçada a oportunidade que elas oferecem para combater o caciquismo e defender a Constituição, o que passa pela formação de uma ampla frente, alicerçada nas organizações populares de base e concretizada através da apresentação de listas unitárias.

Ainda no que respeita à ofensiva contra as empresas intervenionadas foi especialmente focado o caso da Intento, onde, conforme oportunamente noticiámos, os dois administradores nomeados pelo Governo, «usando arbitrariamente os seus poderes», suspenderam 11 trabalhadores da C.T. proibiram-lhes a entrada na empresa e instauraram-lhes um inquérito. O caso é tristemente exemplar e o plenário decidiu exigir a imediata reintegração desses trabalhadores, livres de qualquer sanção disciplinar.

COMENDADOR ABÍLIO NAS GRAÇAS DA BANCA

PORTO - Enquanto se receia que novas libertações possam vir a efectuar-se entre os indivíduos presos em Caxias por suspeita de comprometimento na rede bombista que a Polícia Judiciária tenta desmantelar, o "comendador" Abílio de Oliveira, um dos homens recentemente saídos da prisão, conseguiu já depois disso um empréstimo de cerca de dez mil contos da banca nacionalizada.

Este empréstimo, concedido pelo Banco Nacional Ultramarino, vem assim contemplar, estranhamente, um dos homens que, segundo denúncias feitas pelos outros detidos, é apontado como um dos principais "financiadores" da rede bombista...

Apesar do pedido de empréstimo ter sido feito para pagamento de matérias-primas, é pelo menos preocupante que, como referem diversos informadores, o dinheiro possa vir a ter outros fins.

Diário 4/10/76

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA MARINHA MERCANTE, AERONAVEGAÇÃO E PESCA

CONVOCATÓRIA

Luta
4/10/76

Convocam-se todos os trabalhadores deste Sindicato a comparecer em Assembleia Geral Extraordinária a realizar no próximo dia 7 de Outubro de 1976 (quinta-feira) pelas 21 horas na Voz do Operário (Rua da Voz do Operário, 13) com a seguinte ordem de Trabalhos:

- I — INFORMAÇÕES (30 minutos)
- II — CONGRESSO DOS SINDICATOS
- III — PAGAMENTO DE QUOTAS À INTERSINDICAL

NOTA: — Para esta Assembleia foram convidados Sindicatos ligados à corrente conhecida por «Canta Aberta» bem assim como o Secretariado da Intersindical.

**POR UM SINDICATO DEMOCRÁTICO!
PELO PODER DAS ASSEMBLEIAS!
LUTA! UNIDADE! VITÓRIA!**

Lisboa, 30 de Setembro de 1976.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,
(Assinatura ilegível)

Sindicato de Garagens, Postos de Abastecimento, Transportes e Ofícios Correlativos do Centro e Sul

CONVOCATÓRIA

Delegados
4/10/76

DELEGADOS SINDICAIS

Convocam-se todos os Delegados Sindicais dos Distritos de Lisboa e Setúbal para um plenário a realizar no próximo dia 6 de Outubro pelas 15 horas, no Salão Nobre do Instituto Superior Técnico, Av. Rovisco Pais — LISBOA, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.º — Discussão do Projecto para o Congresso dos Sindicatos;
- 2.º — C. C. T. das Garagens;
- 3.º — A. C. T. dos Transportes.

Vamos oficiar à tua entidade patronal a solicitar a tua dispensa do serviço de forma a poderes estar presente neste plenário.

ESTE PLENÁRIO É MUITO IMPORTANTE, COMO DELEGADO SINDICAL TENS A OBRIGAÇÃO DE COMPARECER E PARTICIPAR NO MESMO. NÃO FALTES!

Lisboa, 29 de Setembro de 1976.

O PRESIDENTE DA DIRECÇÃO

José Eduardo M. Borges

Revogamos a unicidade com força e autoridade

Xubo
4/10/76 — disse Mário Soares aos trabalhadores da função pública

Com a presença de centenas de trabalhadores da função pública que, durante dois dias, participaram, conforme já foi anunciado, nos trabalhos do II Encontro Nacional dos Trabalhadores Socialistas da Função Pública, o secretário-geral do Partido Socialista, dr. Mário Soares, acompanhado de Vasco da Gama Fernandes, Marcelo Curto, Mário de Aguiar, Lopes Cardoso, Tito de Morais, António Reis, Ramos Rodrigues, Aires Rodrigues, Manuela Cruzeiro e Iracema Barreto, assistiu à sessão de encerramento do referido encontro.

Ainda que as conclusões do encontro não tivessem sido distribuídas aos órgãos de Informação, a verdade é que destas sessões de trabalho resultou a aceitação, por parte dos presentes, nos seguintes pontos:

«Um sim à regionalização dos trabalhadores da Função Pública», «Definição governamental de um programa de carreiras e promoções», «Execução de formas de gestão democrática no sector».

Mário Soares, no final dos trabalhos, dirigindo-se aos presentes, sem qualquer ideia de vos fazer recomendações ou de vos falar sobre os vossos problemas específicos», afirmou:

«Vejo que uma das vossas principais preocupações foi o de estabelecer um projecto coerente para a reestruturação da Administração Pública. Desde o início e quando surgiu na Assem-

bleia de República para discutir e fazer aprovar o nosso programa de Governo, eu anunciei que era intenção do Governo constituir uma comissão para reestruturar a Administração Pública Portuguesa, porque sentimos bem, e todos nós o sentimos durante a nossa experiência nos Governos Provisórios, e muito mais agora nestes dois meses e tal de Governo constitucional, que muitas vezes a Administração Pública não corresponde às necessidades urgentes para a reconstrução da economia nacional.

Há, como sabem, no Ministério da Administração Pública, uma comissão que está a estudar essa reestruturação. Mas nós entendemos no Governo que há um trabalho de muito maior bleia da República para discutir tanto, vários departamentos ministeriais e que tem que ser finalmente presente nas suas conclusões à Assembleia da República.»

Trabalho de bombeiro

«Sem trabalhadores da função pública com nível de civismo, com informação dos problemas nacionais, com capacidade, com eficiência, sabendo o que estão a fazer ao serviço da democracia e de um projecto que leva à transformação da nossa sociedade, a caminho do socialismo, sem isso, não é possível ganharmos a batalha da produção que temos de ganhar para a sobrevivência do Estado Português.»

Continuou o dr. Mário Soares:

«No fecho deste encontro estamos certos que levaremos a cabo essa tarefa ingente da reestruturação da administração pública portuguesa, porque o nosso Governo não é um Governo para dias ou para meses, o nosso Governo é um Governo de legislatura é um Governo para quatro anos.»

O secretário-geral do PS afirmaria mais adiante «que nestes dois primeiros meses de acti-

vidade temos estado a realizar um trabalho verdadeiramente de bombeiros e a resolver problemas pontuais.

«Essa tem sido inicialmente a nossa função. E, fundamentalmente, nós podemos ter excelentes projectos, excelentes ideias, mas, a verdade é que se não resolvermos, pontualmente, e a breve prazo, esses problemas, evidentemente, que o nosso País entra numa situação de convulsão social e política extremamente séria que certamente não será depois um Governo inspirado pelo Partido Socialista a poder agarrar e controlar a situação.

«Refiro-me, como compreenderam já, aos problemas financeiros e, de facto não podemos abstrair esses problemas financeiros e os défices extraordinários da nossa balança de pagamentos e da nossa balança comercial que fazem com que Portugal, neste momento, esteja como que a viver a prazo, para procurar evitar uma situação de colapso económico que traria, como consequência, a bancarrota do País e uma inflação galopante.

O Povo Português não come ideologia

A questão ideológica foi abordada por Mário Soares que disse: «É evidente que nós queremos que o nosso partido seja um partido vivo, onde os problemas da ideologia estejam presentes e sejam uma das nossas principais preocupações. Mas como disse o nosso camarada Lopes Cardoso, parafraseando, aliás, uma frase que eu muitas vezes tenho empregado, a verdade é que o Povo Português não come ideologia e antes de mais nada nós queremos dar de comer ao Povo Português.

«Por outro lado nós não vivemos num país ideal. E não estamos a fazer uma experiência desligada da base social e económica do nosso País concreto.

Se nós estivéssemos a desligar-mo-nos da realidade concreta económica e social que vivemos no nosso País certamente seríamos idealistas e não seríamos marxistas.»

A actuação do Governo durante o último tema foi lembrada por Soares quando afirmou:

«Na semana passada revogamos o decreto da unicidade sindical e fizemo-lo com força e com autoridade, sem que esse facto tivesse levantado ou despertado aqueles antagonismos que poderiam alguns imaginar. A verdade é que, recebendo antes de ontem alguns dirigentes do Partido Comunista, eles disseram-me, o que aliás disseram à saída, a propósito justamente desse decreto de revogação de unicidade sindical que não costumavam travar batalhas perdidas de antemão.»

«Temos pois que considerar que se essa batalha foi perdida e foi-o efectivamente para o Partido Comunista, foi uma grande vitória para o Partido Socialista.

«Também, caramadas, no momento em que muitas pitonissas estavam a pensar que ia haver um banho de sangue no Alentejo nós, com a nossa autoridade de socialistas e de revolucionários estamos a fazer desocupar aquelas propriedades que estavam indevidamente ocupadas e fizemo-lo até agora, felizmente, sem derrame de sangue.

«Outro exemplo que é necessariamente grato ao espírito de todos nós, depois de um contencioso difícil foi ainda o Governo constitucional que na semana passada renovou e estabeleceu as relações diplomáticas e económicas com Angola.»

Já no final, Mário Soares depois de se referir à Carta Aberta, e conjugando essa posição com o resultado deste encontro diria: «Podemos modificar o equilíbrio de forças no movimento sindical português.»

Moções

Os trabalhadores da função pública, aprovaram neste encontro, várias moções. Uma delas, de apoio à actuação do ministro Lopes Cardoso.

Outra moção, igualmente aprovada por unanimidade, refere-se à questão sindical. Diz a moção:

«Considerando que os sindicatos signatários da Carta Aberta pretendem: 1.º Uma verdadeira unidade de todos os trabalhadores portugueses; 2.º Uma verdadeira linha de total independência em relação aos poderes do Estado, Partidos e Instituições; 3.º Que a representatividade e a vontade de todos os trabalhadores seja cumprida.

«Os trabalhadores socialistas da Função Pública, reunidos em plenário no dia 2 de Outubro em São Pedro de Muel, apoiam a posição dos sindicatos signatários da Carta Aberta, desejando que no mais curto espaço de tempo a Unidade dos trabalhadores portugueses por todos preconizada seja uma realidade concretizada numa Central Sindical Única, autónoma, democrática e independente, representativa de todos os trabalhadores portugueses.

É nossa tarefa lutar pela defesa da unidade

Setúbal 4/10/76

—garante a Inter ao comemorar o 6.º aniversário

Com comícios, colóquios e plebiscitos de empresas realizados em diversos pontos do País, os trabalhadores portugueses comemoraram o sexto aniversário da Intersindical Nacional.

pelos sindicalistas anteriores, terminou o seu discurso afirmando: «O Governo acaba de anunciar a revogação da lei da unidade sindical. Invocando o seu carácter anticonstitucional, nós reafirmamos que a luta pela central sindical única é uma luta de hoje, como foi de ontem. Nós reafirmamos que o reforço da unidade dos trabalhadores portugueses é, como sempre foi, o objectivo fundamental. Por isso, o próximo congresso de todos o sindicato

para a unidade, depende de nós todos, fazer um congresso de massas e para a unidade que signifique, como significou a lei da unidade sindical, uma nova derrota para os inimigos dos trabalhadores.» Devido à passagem do seu 6.º aniversário, a Intersindical Nacional recebeu telegramas de felicitações enviados pela Sindical CGT Renault de França; Federação Mundial Sindical; e Central de Trabalhadores de Cuba.

No Porto, o 6.º aniversário da Intersindical, foi assinalado com um comício-festa, no Cinema de Formoso. A mesa que presidiu ao comício era constituída pelos representantes de 36 sindicatos, e ainda os representantes dos sindicatos dos Estivadores de Setúbal, Construção Civil de Castelo Branco e Construção Civil de Setúbal, da Federação dos Sindicatos da Indústria de Madeiras, como convidados, para além dos representantes da União dos Sindicatos do Porto e da Intersindical Nacional.

Sindicato da Hotelaria de Faro

Setúbal 4/10/76

Não foi a Carta Aberta que dividiu o movimento

«A cisão no movimento sindical não se dá agora. Já se deu no 1.º Congresso. Já se deu aquando das posições assumidas pelo Secretariado da Intersindical face às lutas dos trabalhadores, por exemplo, dos TLP...» Esta foi parte da explicação da direcção do Sindicato dos Trabalhadores de Hotelaria do Distrito de Faro acerca das razões pelas quais apoiava a Carta Aberta, no decorrer de plenário de delegados sindicais realizado na Junta Distrital.

belecimento da taxa de serviço. Estas circunstâncias levam o Sindicato de Faro a encetar a hipótese de enet: estudos para um futuro contrato só para o Algarve.

grandes complexos a multinacionais germano-árabes.

Na oportunidade, os dirigentes sindicais explicaram qual a situação actual das negociações do Contrato Colectivo Vertical, negociações que os representantes dos trabalhadores suspenderam até que seja possível ao Ministério do Comércio e Turismo dizer de quanto podem ser aumentados os salários, sendo a tabela salarial a única parte que falta praticamente negociar.

Face às dúvidas e receios manifestados pelos delegados sindicais acerca da recuperação capitalista das empresas, os dirigentes garantiram que o ministro António Barreto os tranquilizara, dizendo que tal recuperação é praticamente impossível nas empresas nacionalizadas e que no que se refere às restantes, em que o Estado é minoritário, nada será feito sem uma ampla audiência dos trabalhadores e demais interessados.

O plenário, que ocupou toda uma tarde, ouviu ainda exposições da direcção sobre aspectos da sua actividade, designadamente sobre: aldeamentos turísticos (de cujo estudo está já encarregada uma comissão técnica do Sindicato), profissionalização de dirigentes (pretende-se que no futuro quatro directores e quatro delegados sindicais passem a desempenhar as suas funções a tempo inteiro), a vida sindical (abrirá no dia 15 de Outubro uma delegação do Sindicato, em Portimão), etc., tendo sido a certa altura afirmado que a direcção decidira não participar na manifestação de 28 de Setembro, uma vez que tudo fora preparado muito à hora sendo de prever que a manifestação viesse a dar força à direita, o que, no entender daquela direcção, efectivamente ocorreu pois que toda a gente ficou a ver que o poder de mobilização de oito sindicatos não ia além de duzentas e tal pessoas.

Acerca da ENATUR, que vai ficar com cerca de 60 por cento das camas hoteleiras do Algarve, o Sindicato considera que o seu comportamento tem sido altamente correcto, declaração que veio dissipar os temores de alguns delegados sindicais que viam na ENATUR uma forma de prepara: a entrega de

DELEGADOS TÊXTEIS CONTRA O PLURALISMO SINDICAL

Decorreu no salão no INATEL, em Braga, um plenário de delegados sindicais de diversos subsectores e profissões da indústria têxtil, dos concelhos de Barcelos, Braga e Vilaan do Castelo, tendo, durante os trabalhos, sido aprovadas duas moções. A primeira refere-se ao novo C.C.T. e salienta no seu ponto terceiro a necessidade de alertar os trabalhadores em sentido de reforçar a sua unidade e organização nas fábricas de modo a criar as condições necessárias para que as lutas que temos de travar por um contrato único e vertical seja uma vitória para os trabalhadores.

Entretanto, o segundo documento diz respeito ao Congresso dos Sindicatos e nele é repudiado o pluralismo sindical, pois esse favorece o capitalismo e a burguesia, cuja expressão máxima neste país é a C.I.P.S.

● A REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO DOMESTICO O Sindicato Livre de Empregados Domésticos aguarda que seja publicado, até 15 do corrente, o Decreto-Lei do trabalho doméstico, de harmonia com a promessa feita pelo primeiro-ministro. A direcção do referido organismo sindical foi informada há dias, que o projecto se encontra incluído na agenda de trabalhos da reunião de hoje do Conselho de Ministros. Só por falta de tempo aquele projecto não foi discutido e aprovado na reunião do passado dia 30.

Defesa da unidade

Cantado o hino da Intersindical Armando Silva, do secretariado da USP e da Intersindical e presidente dos Gráficos, proferiu uma saudação inicial de que destacamos: «Foi em 1 de Outubro de 1970, nas duras condições da repressão fascista, e perante a necessidade sentida pelos trabalhadores de se unirem e organizarem para melhor defenderem os seus interesses de classe, que foi criada a Intersindical. São seis anos de luta contra a exploração capitalista, pela unidade dos trabalhadores e do movimento sindical. Mas a luta continua e os nossos inimigos de classe temem um movimento sindical forte e organizado, daí que procurem através da mentira e da calúnia lançar a divisão no nosso seio.»

Em relação aos salários e enquanto o Sindicato de Lisboa admite duas tabelas o de Faro bate-se por uma só, que englobe os hotéis e os restaurantes. Para já pretendem uma subida substancial do grupo 3 já que aí se situa grande número de trabalhadores. Houve testemunho de bom senso ao considerar que há dificuldade de arranjar os três milhões de contos necessários para subir a massa salarial, que neste momento monta a oito milhões e trezentos mil contos, mas houve também a firmeza para dizerem que se for tomada uma decisão política que remeta para os sindicatos a tarefa de distribuir o quantitativo que o Governo vier a atribuir aos aumentos salariais, os sindicalistas tudo farão para fechar o leque salarial e contemplar prioritariamente os escalões mais baixos.

E tais adiante: «O objectivo do trabalhador é construir uma sociedade onde a exploração e a opressão não tenham lugar, para tanto, preciso é que fique salvaguardada a unidade do movimento sindical. E nosso dever, é nossa tarefa lutar pela defesa dessa unidade.» Falou, também, o representante da Intersindical, Manuel Freitas, que afirmou: «Todos nós já aprendemos qual o nosso lugar no processo revolucionário para colocar Portugal definitivamente, na via da democracia, do progresso social e do socialismo. Antes de mais, há que reforçar a unidade. Quando os nossos inimigos se unem numa frente comum de ataque, os trabalhadores têm de, mais uma vez, dar um exemplo de unidade e determinação. O grande capital, a burguesia exploradora, as forças da reacção nacional e internacional, tentam, desesperadamente, dividir os trabalhadores.»

Profissionalização de dirigentes

O problema dos aumentos salariais parece ser um daqueles que terá difícil solução, na medida em que o grupo Torralta, por exemplo, já hoje gasta um quantitativo de cerca de 85 por cento das receitas em encargos sociais e salários o que provavelmente irá atirar os prejuízos de exploração para 60 000 contos.

Os sindicalistas algarvios verberaram neste seu encontro a atitude de sindicatos de outras zonas, que não compareceram nas negociações, e, designadamente, a do Sindicato do Porto, que deu o seu apoio ao resta-

Congresso dos Sindicatos

Pescadores aderem à CNOP

O plenário dos sindicatos dos pescadores de Aveiro, Faro, Lisboa, Nazaré e Setúbal, ontem efectuado nas instalações da Docapesca, deliberou participar num «Congresso de todos os sindicatos, unitário, democrático e revolucionário.» Foi decidida, por outro lado, a realização de assembleias gerais e reuniões de delegados sindicais, nas zonas abrangidas pelos respectivos sindicatos, em ordem ao estudo do projecto apresentado pela CNOP (afecta à linha político-sindical do secretariado da Inter). Como tal, foi aprovada uma moção que aponta para a necessidade de esclarecimento da classe, objectivando a criação de condições para a «unidade de todos os trabalhadores e para uma barreira que se oponha ao avanço do fascismo.»

Por último, o plenário condenou a revogação da lei da unidade sindical, considerada «uma medida anti-operária e antipopular», e reafirmou «a sua firme vontade de lutar para não permitir a cisão do movimento sindical»

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE SETÚBAL

DELEGAÇÃO DE ALMADA

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do Artigo 33.º dos nossos Estatutos, convoco para o próximo dia 13, pela 21 horas, no Salão do Inatel em Setúbal, a Assembleia Geral, para uma Sessão Extraordinária com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 — Funcionalidade da Direcção;
- 2 — Decisões sobre as posições a assumir pelo nosso Sindicato face ao Congresso dos Sindicatos.

NOTA — Nos termos do Artigo 35.º dos nossos Estatutos, a reunião da Assembleia Geral terá início à hora acima referida com a presença de qualquer número de sócios.

Setúbal, 1 de Outubro de 1976.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
a) Artílio Vasco de Pinho Batista

Setúbal 4/10/76

Quiano
4/10/76

NO SEXTO ANIVERSÁRIO DA SUA CRIAÇÃO

Intersindical repudia decisões do Governo

"A decisão inconstitucional do Conselho de Ministros de revogar uma parte da legislação sindical, contra a vontade manifestada pelos trabalhadores, cria condições objectivas para a instauração do pluralismo sindical no nosso País e torna-o responsável por todas as consequências que daí advierem" — declara o secretariado da Intersindical Nacional, num documento tornado público sobre a revogação da Lei Sindical.

Assinando esse documento precisamente no dia em que a central sindical completava seis anos de existência — caracterizados pela constante e tenaz defesa dos trabalhadores do País — o secretariado da "Inter" sublinha também que "o Governo assume a grave responsabilidade histórica, perante os trabalhadores que diz defender, de permitir ao patronato e às forças interessadas na divisão dos trabalhadores a criação dos seus "sindicatos", "uniões", "federações" e "confederações".

"A coroar a orientada e demagógica campanha caluniosa contra a Intersindical — afirma a seguir o secretariado da central sindical: "o Governo "abre o seu jogo", ficando reveladas as suas verdadeiras intenções: substituir-se aos trabalhadores em decisões que só a eles competem, violar a autonomia e independência do Movimento Sindical, praticar uma ingerência partidária a partir do poder do Estado e permitir a instauração do pluralismo sindical a a Constituição expressamente rejeita".

Depois de lembrar que os trabalhadores portugueses já demonstraram claramente não desejar o pluralismo sindical e de classificar a revogação da Lei Sindical como uma imposição ao próximo Congresso de todos os

sindicatos, o secretariado denuncia também que o facto de o Governo não ter competência para assumir tão grave decisão, nem tão pouco a isso estava autorizado pela Assembleia da República, que detinha a "competência reservada" para o fazer, no que — conclui — "desrespeita frontalmente a Constituição da República e a legalidade democrática de que se arroga defensor".

A terminar, o secretariado da Intersindical Nacional apela aos trabalhadores para "não se deixarem confundir pelo anúncio da revogação do Decreto-Lei 215-A/75, já que ele perdeu o seu efeito útil com a aprovação em Congresso dos Estatutos da Intersindical Nacional, cuja existência nem mesmo legalmente pode ser posta em causa, apesar do muito que os seus inimigos de classe têm feito e continuarão a fazer".

O Secretariado da Intersindical Nacional, "consciente da gravidade da situação", apela ainda aos trabalhadores e às associações sindicais, para que "por todas as formas manifestem o seu repúdio, combatam todas as tentativas de criação de estruturas paralelas e se unam firmemente para defender o Movimento Sindical unitário, exigindo aos órgãos de poder que não permitam a entrada em vigor das decisões inconstitucionais tomadas pelo Governo".

A terminar, o secretariado chama a atenção para que "a defesa intransigente da democracia, autonomia e independência do Movimento Sindical reforçam a necessidade, sempre apontada pelo secretariado da Intersindical, de uma ampla discussão e participação na preparação do próximo Congresso de Todos os Sindicatos".

CELEBRAÇÕES DO ANIVERSÁRIO

Em reuniões, comícios, colóquios e festas realizados em todo o País, os trabalhadores portugueses comemoraram neste fim-de-semana o sexto aniversário da fundação da sua central sindical — a Intersindical Nacional.

Evocando a data em que pela primeira vez, de modo organizado, ainda sob a dominação fascista, algumas direcções sindicais eleitas pelos trabalhadores começaram a criar a estrutura unitária que veio a ter um papel fundamental para a defesa dos seus interesses e mesmo para a libertação de Abril de 1974, dirigentes sindicais e muitos milhares de trabalhadores saudaram a sua central sindical.

Aos trabalhadores portugueses juntaram-se, na evocação da data de 1 de Outubro, trabalhadores de outros países, representados pelas suas centrais sindicais.

De entre os muitos telegramas de saudações recebidos pelo Secretariado da Intersindical Nacional, destaca-se pela sua representatividade, o que foi enviado pela Federação Sindical Mundial.

"A criação há seis anos da Intersindical marca uma data das mais importantes na luta

dos trabalhadores portugueses" — escreve a propósito o secretariado da FSM. "Nascida em condições difíceis de repressão fascista", continua a mensagem, a Intersindical "conseguiu dotar a classe trabalhadora portuguesa dum instrumento de combate dos mais eficazes para levar a bom termo a acção para as reivindicações, contra a ditadura e pelas liberdades. Possui por conseguinte um papel capital no desenvolvimento do processo democrático iniciado no 25 de Abril de 1974 com o derrube do regime fascista".

Também a Central dos Trabalhadores de Cuba, numa mensagem enviada ao secretariado da Intersindical Nacional, lembra que "a Inter conta nas suas fileiras com um proletariado unido, aguerrido, sempre pronto a defender os seus interesses e direitos".

"Os trabalhadores cubanos, os seus sindicatos, fraternos companheiros da Intersindical portuguesa — prossegue a mensagem — saudam a organização irmã, todos os trabalhadores e sindicatos que a integram", desejando "novos êxitos no duro combate social a que os obriga o nefasto capitalismo, seguros de que saberão conduzir a vanguarda do proletariado português a caminho duma sociedade sem classes, livre de exploradores, plena de bem-estar para todo

Jorge P. Rodrigues
4/11/1976

Que organização sindical?

O debate que se tem vindo a fazer sobre a realização do próximo Congresso dos Sindicatos encontra-se directamente ligado à questão Unidade/Unicidade Sindical, e, lamentavelmente, tem-se escondido uma outra, tão importante ou mais, que é a organização sindical mais conveniente para os trabalhadores portugueses. A unidade sindical democraticamente assumida aponta para um sindicalismo livre, forte e unitário, e a sua organização exprimirá um alto grau de consciência, de coesão e de solidariedade entre os trabalhadores, se estes souberem usar conscientemente a liberdade sindical estipulada na Constituição. A unicidade sindical (unicidade decretada por Lei) permite uma organização de controlo, com o perigo de amarrar os trabalhadores a paternalismos dirigistas que se prestam a todos os golpes e manipulações, conforme aconteceu nestes 2 últimos anos através da Intersindical (basta lembrarmos-nos do seu envolvimento activo no golpe contra-revolucionário de 25 de Novembro). Está pois o actual Governo de parabéns ao revogar a chamada Lei da Unicidade Sindical, que são nos países ditos socialistas, de leste, é que vamos encontrar uma organização sindical baseada na unicidade, especialmente naqueles que ficaram sob o domínio soviético depois da II Guerra Mundial, pois na Europa Ocidental isso não sucedeu, apesar dos comunistas o terem tentado, por exemplo, na Itália. A propósito, vale a pena referir aqui um caso concreto ainda recente, que demonstra bem ao que se presta a unicidade, pelo que se transcreve parte duma entrevista concedida ao insuspeito «L'Express» de 18/8/74 por Jiri Pelikan, ex-director da TV e antigo

membro do comité central do Partido Comunista Checoslovaco (no tempo da Primavera de Praga): «Se na Checoslováquia um escritor não for membro da União dos Escritores, não poderá ganhar a vida, não terá direito nem ao seguro de doença nem a uma reforma, nem mesmo a alojamento. E pode ser preso a qualquer momento e sob qualquer pretexto ou mandado trabalhar como operário. Mil e oitocentos jornalistas — e os melhores — foram excluídos da União dos Jornalistas e já não podem ocupar nenhum emprego na imprensa...»

Fácil é compreender daqui porque é que os marxistas (leninistas, trotskistas, etc.) não admitem e têm até «horror» à liberdade sindical como forma de construir a verdadeira unicidade. De facto, os amigos das «amplas unicidades» apenas têm gerado, com o seu sectarismo, o divisionismo e a confusão.

2. Portanto, existindo a unicidade, a organização sindical daí resultante é feita de cima para baixo, antidemocraticamente, impondo aos trabalhadores uma Central Única dependente do poder político-partidário e Federações e União ao sabor da cuspim e que se analisarmos a actualização da Inter comprová-lo-emos.

Efectivamente, numa 1.ª fase, a Inter conquista as estruturas sindicais herdadas do corporativismo santacombadense, acelerando espectacularmente a partir do 28 de Setembro (até ao 11 de Março), sem se importar nada ou pouco com a transformação em novos sindicatos verticais, pois o seu objectivo era controlar os trabalhadores, enquadrando-os em formas unitárias monolíticas, tão queridas dos marxistas-leninistas pró-soviéticos, ao mesmo tempo que os órgãos de comunicação social e o aparelho

de Estado eram igualmente conquistados pelo partido político «dono» da Intersindical e que aspirava ao «monopólio» do país inteiro.

Numa 2.ª fase, (do 11 de Março ao 25 de Novembro), os intersindicalistas ensaiam algumas verticalizações (poucas), mas só nos sectores de trabalho que politicamente lhes eram favoráveis, dado que o objectivo principal era apoiar Vasco Gonçalves e a sua política de capitalismo de estado, pseudo-socialista, destruidora da economia nacional. Desde o 25 de Novembro, em face da derrota político-militar, a Inter procura recuperar o terreno perdido por todas as formas ao seu alcance, conforme é do conhecimento geral.

ORGANIZAÇÃO SINDICAL PORTUGUESA

1. É altura de se pensar a sério na organização sindical do País e parece-me oportuno reformar o que existe, depois dum amplo debate a todos os níveis, dado que a Inter só praticamente se preocupou até agora em criar União de Sindicatos da sua confiança político-sindical. Por isso independentes dos Governos, partidos, religiões, patronato, etc., defendendo porém a tolerância ideológica, religiosa, política e duma forma geral os Direitos Universais do Homem.

2. Em face dos graves problemas económicos do País, considero mais do que nunca adequada a organização dos sindicatos verticais por ramo de actividade económica ou numa base industrial, com o objectivo da socialização dos meios de produção mais importantes, que já estão nacionalizados, através duma consciente acção reivindicativa (trabalho/capital) e inter-

ventionista (trabalho/Estado), devendo previamente determinar-se os sectores em que se fariam tais verticalizações duma forma democrática e completa (metalurgia, construção civil, indústria química, etc.), já que apenas existem sindicatos autenticamente verticais no sector bancário, seguros e indústria farmacêutica.

3. Isto requereria a existência de sindicatos democráticos de intervenção, com índole reformista, visando uma actualização a todos os níveis de decisão da economia (participando por exemplo na elaboração do Plano Económico Nacional) e que, embora influenciando o poder político, não possuísse nem nele se interessasse. Todavia, até agora, só os sindicalistas social-democratas optaram pela linha reformista, aguardando-se que os socialistas se definam também por esta corrente sindical.

4. Evidentemente que nem todos os sindicatos horizontais desapareceriam, até porque a decisão deve sempre caber democraticamente aos trabalhadores interessados. É o caso, a título de exemplo, dos Profissionais dos Espectáculos (artistas de variedades e de circo, actores, etc.), que é impraticável e até desaconselhável.

REGIONALIZAÇÃO SINDICAL

1. Tendo em vista a operacionalidade e eficácia, os sindicatos verticais acima propostos teriam todo o interesse em se organizar com autonomia, ainda que ligados numa só Federação Nacional, em 3 grandes zonas do País: Norte (até aos distritos de Leiria, Santarém e Castelo Branco, inclusive), Sul (do distrito de Lisboa até ao de Faro) e Ilhas (Açores e Madeira).

por Jorge P. Rodrigues

2. Como consequência do ponto anterior, formar-se-iam União de Sindicatos Regionais, através de dirigentes livremente eleitos pelos Sindicatos de cada zona do País, interessando-se pelos problemas locais, participando numa perspectiva regional na elaboração do Plano Económico e promovendo cursos de formação sindical e sócio-profissional, reivindicando junto das entidades oficiais sempre que necessário, mediante negociação.

3. Entre outras competiria também a estas União pugnar para que os locais de trabalho estejam instalados de forma a proteger a saúde física e mental do trabalhador, e adaptados à sua capacidade de rendimento, evitando os acidentes de trabalho, e estar atentos a todas as formas de poluição ou de destruição do equilíbrio ecológico da natureza, nomeadamente no que diz respeito à montagem de fábricas ou indústrias que produzam tais danos.

FEDERAÇÕES SINDICAIS NACIONAIS

1. As federações deverão logicamente ser constituídas por ramos de indústria (metalurgia, construção civil, etc.), ou sectores de serviços (bancários, funcionários públicos, etc.) a nível nacional, financeiramente autónomas e filiadas nas suas congéneres estrangeiras europeias.

2. A tais Federações, dirigidas por representantes eleitos pelos Sindicatos de cada sector, competiria coordenar actividades, especialmente no que toca a C.G.T.'s a nível nacional, criando para o efeito os gabinetes de estudo ou de trabalho por convenientes.

3. Com a sua visão sectorial, as Federações teriam ainda por missão fazer-se ouvir e intervir

nos programas estatais económicos e de desenvolvimento, salvaguardando os interesses económicos, sociais e culturais de todos os trabalhadores e suas famílias.

CONFEDERAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES PORTUGUESES

1. A Central Sindical, como cúpula democrática, depois de realizados os passos enumerados atrás, sairia dos dirigentes sindicais dos vários ramos industriais e de serviços e deveriam ser representativos das várias correntes com implantação no movimento sindical português, através dum Congresso democrático de todos os sindicatos.

2. Em linhas gerais, o programa sindical desta Confederação, que evidentemente deveria ter estatutos que preservassem a sua democraticidade, autonomia e independência, poderia ser o seguinte:

- a) Por uma Unidade Sindical democrática e livre;
- b) Pela recuperação económica do País e por uma justa distribuição da riqueza produzida;
- c) Pelo combate ao desemprego e pluri-emprego e pela consagração do seguro de emprego;
- d) Por um Horário Nacional de 40/45 horas semanais, com horários diferidos sempre que possível e sem prejuízo do rendimento do trabalho;
- e) Pela actualização do salário mínimo e indexação de pequenos e médios vencimentos, de acordo com o aumento do custo de vida;
- f) Por maior segurança social, especialmente no que respeita à habitação e por um Serviço Nacional de Saúde eficaz e gratuito;

(Continua na pág. 6)

(Continuação da pág. 3)

g) Pela diminuição dos leques salariais inter-profissionais e inter-sectoriais e entre os trabalhadores do campo e da cidade;

h) Por uma redução da idade de aposentação, naquelas profissões mais duras e desgastantes, e pela actualização das pensões de reforma ou invalidez;

i) Por uma maior, mais representativa e eficaz audição e intervenção na elaboração dos Planos Económicos e na legislação de trabalho, social e administrativo;

j) Pela consagração legal e prática efectiva do controle de gestão, cogestão e autogestão, consoante o tipo de empresa (privada, pública ou cooperativa) e a sua dimensão económica e de acordo com a vontade dos seus trabalhadores;

l) Por uma política de protecção à família, à juventude trabalhadora, aos estudantes-trabalhadores e às mães trabalhadoras.

INQUÉRITO NACIONAL AOS TRABALHADORES

A forma de se obter um consenso dos desejos da maioria dos trabalhadores portugueses seria o lançamento de um inquérito nacional, onde as várias tendências expressassem as suas propostas concretas quanto à organização sindical do País, princípios doutrinários, meios e objectivos de cada corrente e Central Sindical.

Parece-me que os delegados sindicais facilmente recolheriam os inquéritos (secretos), e os levariam aos Sindicatos, a fim de estes anunciarem os resultados, controlados por aqueles. Julgo que seria esta uma forma genuinamente democrática de se ultrapassar o actual impasse e a eminente cisão no movimento sindical. Cabe aos trabalhadores tomarem nas suas mãos a sua emancipação e libertação de todas as tutelas, opressões e explorações.

Jorge P. Rodrigues

D. R. 4/10/1976

Sindicato da Função Pública prepara-se para o Congresso

A posição a assumir pelo Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública (Zona Sul) ante a polémica levantada à volta do Congresso de Todos os Sindicatos» dominou a Assembleia Regional de Delegação realizada no passado dia um de Outubro no Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Os delegados sindicais aprovaram uma proposta de metodologia da discussão e votação do Regulamento do Congresso. Ela engloba, em Lisboa, a sua discussão e votação, em reuniões gerais de trabalhadores, cujos resultados deverão dar entrada no Sindicato até ao próximo dia 11, a realização de sessões de esclarecimento e a realização de plenários distritais nos restantes distritos da área do Sindicato. Em todas estas reuniões deverão estar presentes elementos da Comis-

são Organizadora do Congresso.

RTP EM MOÇÃO

Durante a Assembleia, foi aprovada uma moção na qual são repudiadas «as afirmações feitas por trabalhadores da Função Pública em conferência de Imprensa realizada no Sindicato do Comércio transmitidas pela RTP». Os referidos trabalhadores são acusados de ignorar as estruturas sindicais.

Os delegados presentes na Assembleia do dia um manifestaram, ainda na mesma moção, «repulsa pelo acolhimento prestado pela RTP a esta conferência de Imprensa, ignorando as estruturas verdadeiramente representativas dos trabalhadores da Função Pública, como é o caso da A.R.D. de 16 de Setembro, cuja cobertura não fez, e onde foram tomadas as posições de classe quanto ao modo de discussão e participação democrática no Congresso de Todos os Sindicatos».

Lista afecta à Inter ganha (77,6%) eleições no Sindicato do Comércio (Porto)

D. R. 4/10/76

Por 77,6 por cento dos votos a lista afecta ao Secretariado da Intersindical ganhou no distrito do Porto as eleições para o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio. Concorreram duas listas — A e B —, tendo-se verificado os seguintes resultados:

Lista A, 2248 votos (77,6 por cento); Lista B, 645 votos (22,3 por cento); nulos e brancos 4 votos (0,1 por cento).

A percentagem de votantes em relação ao número total de inscrições foi de 32,6 por cento, a maior participação registada nas eleições deste Sindicato.

A lista vencedora, considerada afecta à linha do Secretariado da Intersindical, apresentou-se às eleições com a interção de «reforçar a unidade dos trabalhadores numa mesma frente de luta pelos seus direitos, evitando o imiscuir de polémicas extra-sindicais».

Por seu turno, a lista derrotada, que apresentava a sigla «Por um Sindicato democrático e independente», da tendência sindical da «Carta Aberta», defendia no seu manifesto eleitoral que «cada trabalhador deve participar na vida sindical pois, só assim, é possível defender as liberdades democráticas contra todas as tentativas que visam subverter a sua organização autónoma».

Os sócios António Monteiro Silva, António Ferreira Jorge e António Rodrigues Ferreira são os novos presidentes da assembleia geral, da direcção e do conselho fiscal, respectivamente. O acto de posse dos novos corpos gerentes realizar-se-á dentro de uma semana.

O presidente da direcção, sabido que foi o resultado, garantiu que os corpos gerentes eleitos irão lutar, a curto prazo, pela criação de creche/infantário (dentro de sessenta dias); levar à discussão, através de plenários, reuniões de empresas e reu-

niões concelhias, a questão do contrato colectivo de trabalho; e bem assim a discussão sobre o próximo congresso dos sindicatos.

SINDICATOS DE PESCADORES APROVAM CONGRESSO UNITÁRIO E REVOLUCIONÁRIO

A participação «num Congresso de todos os Sindicatos, unitário, democrático e revolucionário» foi uma das principais conclusões do plenário dos Sindicatos dos Pescadores, que ontem se efectuou nas instalações da Docapesca.

Com a presença de representantes dos sindicatos de Aveiro, Faro, Setúbal, Nazaré e secção regional de Lisboa, foram abordados diversos problemas relacionados com a realização do Congresso, nomeadamente a análise do projecto de regulamento apresentado pela Comissão Organizadora Provisória.

O plenário traçou um plano de mobilização de classe que passa pela realização de assembleias gerais e reuniões de delegados sindicais para um estudo cuidadoso do projecto e respectivas teses.

Nesse sentido, foi aprovada uma moção que refere a necessidade de esclarecimento da classe como condição para a «unidade de todos os trabalhadores» e uma «barreira que se oponha ao avanço do fascismo».

A revogação da lei da unidade sindical foi reprovada pelos sindicatos presentes que a consideraram «uma medida anti-operária e anti-popular, reafirmando a sua firme vontade de lutar para não permitir a cisão do movimento sindical».

Congresso dos Sindicatos

Pescadores aderem à CNOP

O plenário dos sindicatos dos pescadores de Aveiro, Faro, Lisboa, Nazaré e Setúbal, ontem efectuado nas instalações da Docapesca, deliberou participar num «Congresso de todos os sindicatos, unitário, democrático e revolucionário.» Foi decidida, por outro lado, a realização de assembleias gerais e reuniões de delegados sindicais, nas zonas abrangidas pelos respectivos sindicatos, em ordem ao estudo do projecto apresentado pela CNOP (afecta à linha político-sindical do secretariado da Inter). Como tal, foi aprovada uma moção que aponta para a necessidade de esclarecimento da classe, objectivando a criação de condições para a «unidade de todos os trabalhadores e para uma barreira que se oponha ao avanço do fascismo».

Por último, o plenário condenou a revogação da lei da unidade sindical, considerada «uma medida anti-operária e anti-popular», e reafirmou «a sua firme vontade de lutar para não permitir a cisão do movimento sindical».

CP 105
4/10/76

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito do Porto

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CONTINUAÇÃO

2.ª SESSÃO

Convocam-se os associados deste Sindicato a reunirem-se no próximo dia 4 de Outubro, às 21 h e 30 m, no Pavilhão do Académico, à Rua de Costa Cabral, em Assembleia Geral Extraordinária — 2.ª Sessão — com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações sobre o Congresso dos Sindicatos (continuação);
2. Posição do Sindicato sobre as alterações na Legislação de Trabalho referidas na nota oficiosa do Ministério do Trabalho de 13.9.76;
3. Informações.

Porto, 2 de Outubro de 1976.

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

a) Daniel Leite Correia Távares

MUITO IMPORTANTE: A entrada é feita exclusivamente com o cartão de associado. Os Colegas que ainda não levantaram os Cartões Provisórios (emitidos desde Novembro de 1975) podem fazê-lo no Sindicato, até às 20 horas.

AOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO

O CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PARA A UNIDADE OU O 2.º CONGRESSO DA INTERSINDICAL?

Só um amplo esclarecimento das questões que se põem ainda ao Movimento Sindical Português, permitirá aos trabalhadores resolverem os problemas que os preocupam.

Há necessidade de que todos, mas TODOS, aceitem correctamente a discussão aberta e franca das divergências que obstam à unidade de facto, entre os trabalhadores.

A Assembleia do passado dia 27.9.76 mostrou uma vez mais aqueles para quem a Democracia não passa de mero palavreado demagógico em vez de toda uma vivência; aqueles que não servem a Democracia mas pretendem servir-se dela para insultarem os trabalhadores nas suas convicções.

Desenha-se toda uma movimentação de assalto aos Sindicatos Democráticos, a todos quantos frontalmente recusam que um qualquer grupo queira manter o domínio sobre as organizações dos trabalhadores contra a vontade destes.

Tal «perfuração» só será possível no nosso Sindicato se os trabalhadores continuarem a primar pela não participação nas Assembleias Gerais.

Tal como ontem, também hoje os processos de recuperação são os mesmos: procurar-se conquistar pelo golpismo o que não se conseguiu pela via da Democracia.

COLEGA:

COMPARECE NAS ASSEMBLEIAS GERAIS.
A TUA PARTICIPAÇÃO É INDISPENSÁVEL
O SINDICATO NÃO É A DIRECÇÃO. É TU TAMBÉM!

A DIRECÇÃO

Têxteis pronunciam-se contra um «congresso sindical de direcções»

Os delegados sindicais do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul pronunciaram-se, em reunião geral, «por um Congresso de Sindical de todos os trabalhadores e não de direcções». Tinham sido convidados a participar na reunião representantes das direcções dos sindicatos dos Bancários do Sul e dos Escritórios — dois dos sindicatos subscritores da «Carta Aberta» — que, contudo, não compareceram. Durante a reunião geral foi feito o ponto da situação no que respeita ao C.C.T., tendo a direcção informado que o patronato se recusa a negociar, atitude que «lhe teria sido aconselhada em circular interna da CIP».

Segundo foi dito, o Ministério do Trabalho ficou de convocar todas as associações patronais para uma entrevista a realizar no dia 7, a fim de se tentar encontrar uma solução.

Grossistas têxteis do Porto greve em 6 de Outubro

Devido à recusa do patronato em assinar o primeiro Contrato Colectivo de Trabalho do sector, os grossistas têxteis do concelho do Porto, em plenário realizado no salão do Inatel, votaram por esmagadora maioria (houve apenas um voto contra) a paralização do trabalho a partir do próximo dia 6 de Outubro. A Comissão Negociadora sindical havia proposto, no dia 21 deste mês, a reiniciação das negociações o que não foi aceite pelas entidades patronais que alegaram discordância com o prazo apresentado para a conclusão das mesmas.

Sindicato dos ourives desmente

A direcção do Sindicato das Indústrias de Ourivesaria, Relojoaria e Correlativos do Sul vem esclarecer, através de um comunicado ontem emanado, que é inteiramente falso que tenha feito a proposta de criação de uma nova central sindical durante a reunião de sindicatos efectuada em Coimbra nos dias 13 e 14 de Setembro. Aquela direcção frisa que para ela existe uma Central Sindical única, embora não represente todos os sindicatos portugueses e não seja democrática. A direcção do Sindicato liga «estas manobras com o facto de já ter sido alçada de agente da CIA e da reacção e de, no Congresso de 1975, tudo ter sido feito para expulsar a delegação daquele sindicato, tendo-se chegado mesmo à agressão física». O Sindicato dos Ourives e Relojeiros, embora tenha participado nos encontros de Coimbra, não faz parte da «Carta Aberta» e é filiado na Intersindical Nacional.

Josão 4/10/76

Intersindical pretende revogação das medidas laborais do Governo

DMat
5/10/76

O Secretariado da Intersindical promoveu, ontem, uma conferência de imprensa, para divulgar a sua posição sobre as recentes medidas tomadas pelo Conselho de Ministros em matéria laboral.

Durante a reunião foi reafirmada a firme disposição da Inter de utilizar os mecanismos institucionais para a revogação das referidas medidas que, segundo foi precisado, são «duplamente inconstitucionais».

Assim, está prevista uma reunião geral de sindicatos, no dia 9, às 10 horas, em local a determinar, destinada a fazer o ponto da situação e a debater as medidas a adoptar pelo movimento sindical.

José Judas, membro do Secretariado da Intersindical, começou por precisar que a nota oficiosa emitida pelo Ministério do Trabalho onde se publicitava o enunciado das disposições que o Governo iria tomar em matéria de trabalho continha já «limitações à participação dos trabalhadores na fatura das leis», restringindo-a «às matérias saídas da Assembleia da República».

O documento oficial levou a que o Secretariado da Inter se avistasse com o primeiro-ministro e com o ministro do Trabalho, devido ao facto «de os sindicatos não se poderem pronunciar sobre decretos de que desconheciam o teor».

«Nestas reuniões — acrescentou José Judas — frisámos a necessidade de alargamento do prazo que era bastante pequeno, além de termos obtido a promessa de divulgação dos textos das leis sobre as quais nos teríamos de pronunciar.»

No entanto, o comunicado do C. M. constitui «para nós uma surpresa, dado que não só os decretos que iriam ser objecto de análise por parte dos trabalhadores acabavam de ser promulgados como também outras medidas que desconhecíamos em absoluto».

Assim, o Governo «viola duplamente a Constituição, dado que faz aprovar legislação que é da competência exclusiva da Assembleia da República, e não contempla a participação dos trabalhadores».

Assim, estas medidas: «enferram de «dupla inconstitucionalidade», que os casos da liberalização dos despedimentos e da suspensão dos C.C.T. em empresas nacionalizadas ou com intervenção estatal colidem com direitos fundamentais consignados na Constituição».

A unicidade sindical

Quanto à revogação da lei da unicidade sindical, Jaime Machado, também do Secretariado da Inter, esclareceu que a posição da Intersindical se a de não pôr em causa este decreto, porque não queremos colocar os trabalhadores contra a Lei Fundamental que não contempla este princípio».

Jaime Machado não deixou, no entanto, de salientar que esta medida abre caminho ao pluralismo e à pulverização sindicais, o que não acontece nem nos países da Europa capitalista, que estabeleceram determinados mecanismos tendentes a impedir, para além de certos limites, tais factos».

As divergências no momento sindical

O actual momento sindical, dominado pela organização do Congresso dos Sindicatos e as divergências surgidas entre as duas mais fortes tendências, levou a que José Judas fizesse «um desafio aos signatários da Carta Aberta para um debate público sobre as leis promulgadas pelo Governo Constitucional».

Aliás, a participação de todos os trabalhadores na elaboração das leis que lhes dizem directamente respeito foi qualificada como um obstáculo ao avanço da direita, avanço que se constata na substância nas propostas formuladas pelo C.D.S. de suspensão de Reforma Agrária e de reali-

zação de novas eleições para a Assembleia da República».

Sindicato da panificação contra leis antioperárias

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Panificação e Produtos Alimentares Afins do Distrito de Lisboa enviou um telegrama ao Presidente da República, primeiro-ministro, Conselho da Revolução, ministro do Trabalho e Assembleia da República, em que afirma o seu «vigoroso protesto» ante a «legislação inconstitucional, profundamente antioperária e antipopular» elaborada pelo Conselho de Ministros.

O Sindicato afirma-se, com todos os trabalhadores que representa, «na firme disposição de, por todos os meios, lutar contra a sua aplicação, exigindo ainda que tal odiosa legislação não venha, sequer, a entrar em vigor».

Os sindicatos de Setúbal e a legislação de trabalho

Numa carta enviada pela União dos Sindicatos do Distrito de Setúbal ao delegado do Ministério do Trabalho, aquela estrutura sindical afirma nomeadamente que considera «que o actual Governo «primeiro constitucional, está contrariando a Constituição, elaborando leis que dizem respeito aos trabalhadores das zonas costeiras, em termos que não se pronunciam no prazo de 15 dias, sem que dessas leis tenham conhecimento».

O texto da carta em referência foi apresentado ao delegado do M. T. e ao governador civil de Setúbal no passado dia 30 de Setembro, pela União dos Sindicatos que, na mesma, exige que «pelo Governo sejam fornecidos aos sindicatos e uniões todos os projectos que tenha ou esteja a elaborar, referentes à legislação de trabalho».

Os sindicatos de Setúbal cha-

mam ainda a atenção do Governo e da Assembleia da República no sentido de que não aceitarão «a promulgação ou aprovação de qualquer lei que aos trabalhadores diga respeito, sem que estes e as suas organizações de classe se pronunciem», repudiando, igualmente, «a presença das entidades patronais na elaboração destas leis».

Trabalhadores da Sorefame criticam direcções sindicais

Trabalhadores da Sorefame, reunidos em assembleia geral no dia 30 de Setembro, aprovaram uma moção em que protestam energicamente contra a libertação dos agentes da ex-Fides, repudiam a recente libertação «dos terroristas implicados na rede bombista» e outras escandalosas libertações, tal como a do ex-general Spínola.

Na mesma reunião foi aprovada uma outra moção em que são criticadas «certas direcções sindicais nomeadamente as dos Sindicatos dos Escritórios de Lisboa e do Porto e a dos Metalúrgicos de Aveiro que «se dizem cumpridoras do jogo democrático e acabaram por cair na antidemocracia, boicotando com a sua ausência, um compromisso assumido no dia 29 de Junho de 1976».

«Estas direcções», diz a moção, «furtaram-se ao diálogo sobre as divergências no movimento sindical e tomaram uma atitude isolada, sem a aprovação dos trabalhadores, apelando à coesão de todos os sindicatos de norte a sul do País (...) que se deixem de questões partidárias e que passem à acção (...) para que Portugal não possa ser amanhã o Chile da Europa».

Metalúrgicos exigem cumprimento da Constituição

A direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Me-



José Judas, membro do Secretariado da Intersindical, acompanhado por Jaime Machado e Carlos Carvalho, quando divulgava a posição da Inter sobre as recentes medidas de política laboral aprovadas pelo Conselho de Ministros

(Foto «D. N.» — Fernando Ferinha)

SINDICATO TÊXTIL DO DISTRITO DE BRAGA

Abrangendo os Distritos de Viana do Castelo,
Vila Real e Bragança

SEDE EM GUTMARÃES

MOÇÃO

Trabalhadores têxteis reunidos em Plenário na Escola Técnica de Guimarães, decidiram:

- Considerando que a Unidade dos Trabalhadores é a condição fundamental na luta contra o Patronato explorador e, como tal, deve ser defendida de todas as manobras divisionistas;
- Considerando que certos dirigentes sindicais de chamada «CARTA ABERTA» tudo têm tentado para sabotar a realização do Congresso de todos os Sindicatos, procurando deste modo dividir o Movimento Sindical Unitário Português,

PROPOMOS:

- Defender a Unidade dos Trabalhadores é dever sagrado de todos nós, bem como denunciar aqueles que a tentam apunhalar;
- Repudiar e combater todas as manobras divisionistas dos dirigentes da chamada «CARTA ABERTA», tendo bem em conta que só desta forma poderemos enfrentar um inimigo bem organizado e unido — a CIP, o Sindicato dos patrões. No momento histórico em que vivemos é vital defender o Movimento Sindical Português através da sua Central Única — A INTER-SINDICAL.

VIVA A UNIDADE DE TODOS OS TRABALHADORES!
VIVA A REALIZAÇÃO DO CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS!

APROVADO POR ACLAMAÇÃO

Guimarães, 3 de Outubro de 1976.

A DIRECÇÃO

Pescadores participam no Congresso dos Sindicatos

A participação num Congresso de todos os Sindicatos, unitário, democrático e revolucionário foi uma das principais conclusões do plenário dos Sindicatos dos Pescadores, que ontem se efectuou nas instalações da Docapesca.

Com a presença de representantes dos sindicatos de Aveiro, Faro, Setúbal, Nazaré e secção regional de Lisboa, foram abordados diversos problemas relacionados com a realização do Congresso, nomeadamente a análise do projecto de regulamento apresentado pela Comissão Organizadora Provisória.

O plenário traçou um plano de mobilização da classe que passa pela realização de assem-

bleias gerais e reuniões de delegados sindicais para um estudo cuidadoso do projecto e respectivas teses.

Nesse sentido, foi aprovada uma moção que refere a necessidade de esclarecimento da classe como condição para a «unidade de todos os trabalhadores» e uma «barreira que se oponha ao avanço do fascismo».

A revogação da lei da unidade sindical foi reprovada pelos sindicatos presentes que a consideraram «uma medida antioperária e antipopular, reafirmando a sua firme vontade de lutar para não permitir a cisão do movimento sindical».

Trabalhadores dos Escritórios do Porto

discutiram a realização do Congresso

«Só um amplo esclarecimento das questões que se põem ao Movimento Sindical Português permitirá aos trabalhadores resolver os problemas que os preocupam» — refere um dos pontos do termo de convocatória subscrita pela Direcção do Sindicato dos Escritórios do Porto, anunciando a continuação da Assembleia Geral iniciada em 27 do mês passado.

Este objectivo (amplo esclarecimento) parece ter estado, no entanto, longe do pensamento dos participantes que ontem à noite se reuniram, em número apreciável, no Pavilhão do Académico. Com efeito, perdeu-se (por vezes) tempo precioso na definição de critérios sobre o modo de orientação da assembleia o que, em última instância, denunciava a preocupação manifestada pelas duas correntes de opinião dominantes em se anularem reciprocamente. O cariz da sessão viria gradualmente a alterar-se, surgindo, então, a tal possibilidade de esclarecimento pretendido.

Os pontos salientes da assem-

bleia seriam atingidos pelas intervenções dos representantes da Comissão Nacional Organizadora Provisória (C.N.O.P.) e da Carta Aberta. O primeiro, pertencente ao Sindicato dos Electricistas do Norte (Manuel Carvalho) salientou que do êxito ou não da concretização da unidade, dos trabalhadores através do Congresso, poderá corresponder a abertura ou o bloqueamento ao fascismo, referindo depois ser incorrecto da parte de algumas direcções sindicais dividir os sindicatos em blocos diferenciados como unitários ou unitários, por tal não corresponder à verdade. Faria ainda um apelo a todas as direcções sindicais no sentido de participarem nas Reuniões Gerais de Sindicatos e construiriam aí a unidade, pois encontram-se ao seu alcance os meios para o fazerem. O «respaldo da Inter» acentuou, de seguida, não deve ser utilizado para afugentar os trabalhadores, tal como o patronato usa o anticomunismo para atacar os delegados sindicais nas empresas «mesmo que estes não tenham nada a ver com o comunismo».

Por sua vez, o representante da «Carta Aberta» e pertencente ao Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (Vitor Gonçalves) começou por afirmar que os pontos abordados pelo orador anterior mereciam ser discutidos por constituírem verdadeiramente as questões de fundo que se colocam. Lembrou depois que o facto de a unidade sindical ter sido revogada, não impede que o perigo de enfundamento da autonomia das organizações de classe dos trabalhadores a sistemas políticos, através de eventual legislação, deixe de existir, pelo que a vigilância se deverá manter.

Quanto à organização do Congresso, acentuou que não compete ao Secretariado da Inter-sindical indicar quais as direcções sindicais que devem ou não participar na C.N.O.P., afirmando a propósito não se tratar de dificuldades de ordem de opinião político-sindical que actualmente afastam os trabalhadores, mas sim o facto das correntes não terem igual proporção na participação, o que levanta, por si, o problema da paridade. A encerrar a sua intervenção, Vitor Gonçalves enalteceu o amplo esclarecimento que certas direcções sindicais estão a levar até às bases, ao contrário de outras que fomentam esse esclarecimento apenas até à rede de delegados sindicais. A primeira das duas modalidades, afirmou ainda, «é aquilo a que nós chamamos de democracia e participação».

19 Jan 5/10/76

19 Jan 5/10/76

19 Jan 4/10/76

SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

Avenida Visconde Valmor, 34, 1.º — Lisboa-1 — Telef. 77 02 74 - 76 32 76 - 77 00 66

Debatido
6/10/76

ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGADOS SINDICAIS

CONVOCATÓRIA

Nos termos e ao abrigo do Decreto-Lei n.º 215-B/75 de 30 de Abril de 1975 — Lei das Associações Sindicais, Art.º 32.º, n.ºs 1, 2 e 3 — convocam-se todos os Delegados Sindicais para um Plenário a realizar no dia 14 de Outubro de 1976, pelas 16 horas, na sede deste Sindicato, sita na Av. Visconde Valmor, 34, em Lisboa, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- 1.º — Análise e discussão do Projecto de Regulamento do Congresso dos Sindicatos.
- 2.º — Análise da situação das negociações do CONTRATO COLECTIVO DE TRABALHO VERTICAL.

Lisboa, 4 de Outubro de 1976.

A DIRECÇÃO

SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

Avenida Visconde Valmor, 34, 1.º — Lisboa-1 — Telef. 77 02 74 - 76 32 76 - 77 00 66

DIA 18 DE OUTUBRO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Nos termos do Art.º 34.º dos Estatutos, convocam-se todos os associados deste Sindicato a reunir em Assembleia Geral Extraordinária no dia 18 de Outubro de 1976, pelas 21.30 horas, no Cinema Voz do Operário, sito na Rua Voz do Operário, n.º 9, em Lisboa, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- 1.º — Análise, discussão e aprovação do Projecto de Regulamento do Congresso dos Sindicatos.
- 2.º — Análise da Situação das negociações do CONTRATO COLECTIVO DE TRABALHO VERTICAL.

CAMARADAS:

Enquanto nós trabalhamos, os patrões tramam a melhor maneira de nos cortar nas regalias e direitos que a muito custo conquistámos.

A luta pela defesa dos nossos interesses, é cada vez mais difícil.

Mais que nunca é preciso que os Trabalhadores Rodoviários se mantenham unidos e reforçados em torno do Sindicato.

NÃO FALTES!

Lisboa, 4 de Outubro de 1976.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL

José Nunes Mosteiros

Diário 6/10/76

LUTEMOS PELA UNIDADE SINDICAL!

Tenho trabalhado para os sindicatos, já organizei sindicatos em duas fábricas no Canadá, mas com muita dificuldade. Se o patrão soubesse do meu trabalho secreto, perdia o meu emprego. Além disso, poucos são os sindicatos que defendem os trabalhadores aqui no Canadá. A Máfia e a CIA têm influência nos sindicatos, muitos destes são organizados pelos patrões para evitar outros mais identificados com os trabalhadores. No Canadá há cerca de 10 milhões de trabalhadores e só pouco mais de 2 milhões estão filiados nos seus sindicatos. Há muita dificuldade em organizar os trabalhadores porque quase todos têm medo do patrão.

Por isso dou aqui uma pequena ideia do que pode acontecer se os trabalhadores se deixarem dividir. É indispensável uma central única. De contrário, acontecerá o mesmo que já aconteceu aos trabalhadores dos outros países capitalistas. Em Portugal, depois de 48 anos de fascismo e dois anos de grandes lutas e muitas vitórias, não faltarão agora, certamente, muitos estrangeiros a tentar dividir os trabalhadores. A CIA não está a dormir. Agora o alvo é a Intersindical, depois será o grande ataque das multinacionais. Os operários portugueses certamente compreenderão a minha preocupação. Fui trabalhador explorado em Portugal e agora aqui estou no Canadá, onde sempre sou menos explorado. Não me posso esquecer dos outros 8 milhões que como eu trabalham e que não estão sindicalizados. Lutemos pela unidade sindical!

A. RODRIGUES — SCARBORO, CANADÁ

CONTRA «A DEMAGOGIA, O OPORTUNISMO E O DIVISIONISMO»

Tendo lido um comunicado do Sindicato dos Bancários sobre o Congresso dos Sindicatos onde esses senhores sindicalistas dizem as maiores barbaridades sobre a Intersindical, eu, como operário metalúrgico, não posso deixar passar em branco esta nova afronta. Dizem esses divisionistas que a Intersindical foi à partida um aparelho ao serviço de um Governo e de um partido, rejeitado pela maioria dos trabalhadores deste País. Com franqueza, senhores bancários, a Intersindical existe desde o tempo do fascismo, desde muito antes do 25 de Abril. E sempre lutou pela unidade sindical. Sempre quis, e continua a querer, a cooperação entre todos os trabalhadores. Sou metalúrgico, trabalho nove horas por dia e ganho menos do que os bancários. Sou pela unidade de todos os trabalhadores e, por isso mesmo, pela linha da Inter. Sou pelo fim da exploração do homem pelo homem, contra o divisionismo. E luto pela realização do Congresso de Todos os Sindicatos. Contra a demagogia, o oportunismo e o divisionismo.

ANTÓNIO GONÇALVES TEIXEIRA — TALAIDE

DIÁRIO POPULAR

LISBOA

6 OUT. 1976

O CONSELHO DA REVOLUÇÃO debate a legislação sobre o trabalho

Desde às 15 e 30 que está reunido no Restelo o Conselho da Revolução, presidido pelo general Ramalho Eanes.

A agenda — como está regulamentado — insere a «análise da situação político-militar», sendo certo que os conselheiros se irão debruçar, essencialmente, sobre a legislação de sector do trabalho que o Governo acaba de aprovar e submeter à apreciação daquele órgão de soberania.

É também exacto que o C. R. debaterá o pedido de impugnação, sobre a mesma matéria, apresentada pela Intersindical.

AS ÚLTIMAS LEIS DO TRABALHO

"O Governo viola a Constituição"

— afirma o Secretariado da Inter

O Governo «viola duplamente a Constituição, dado que faz aprovar legislação que é da competência exclusiva da Assembleia da República e não contempla a opinião dos trabalhadores em matérias que os afectam frontalmente». Esta crítica ao comportamento do gabinete socialista no campo das questões de trabalho e sindicais foi feita por José Judas, do Secretariado da Inter-sindical, em conferência de imprensa durante a qual a Inter divulgou a sua posição ante as últimas medidas decididas pelo Conselho de Ministros em matéria laboral. Com vista à concretização, em aspectos práticos, da «firme disposição da Inter de utilizar os mecanismos institucionais para a revogação das referidas medidas», ficou marcada, para o próximo dia nove às dez horas, em local a designar, uma reunião geral de sindicatos. Nessa reunião será feito o ponto da situação e será debatida também a posição do movimento sindical ante a legislação recente sobre, nomeadamente, a «liberalização dos despedimentos» e a suspensão dos Contratos Colectivos de Trabalho em empresas nacionalizadas ou com intervenção estatal.

José Judas referiu-se, no início da sua exposição, aos últimos contactos entre a Inter-sindical e o ministro do Trabalho, precisando que, por parte da Central Única dos Trabalhadores portugueses, foi frisada «a necessidade de alargamento do prazo para os trabalhadores discutirem as propostas governamentais, bastante exiguo, e obtivemos — continua José Judas — a promessa da divul-

gação a tempo dos textos das leis sobre as quais nos teríamos de debruçar». Feita esta promessa pelo ministro do Trabalho, foi com «surpresa» que o Secretariado da Inter tomou conhecimento de leis sobre assuntos de trabalho sem previamente ter sido dado conhecimento aos trabalhadores do teor dos diplomas aprovados em Conselho de Ministros. Alguns deles — conforme foi sublinhado «colidem com os direitos fundamentais consignados na Constituição».

Jaime Machado, também do Secretariado da Inter, referiu-se, por seu turno, à decisão do Governo de revogar a lei da unicidade sindical. A posição da Intersindical é a de «não pôr em causa esta decisão para não colocar os trabalhadores contra a Lei Fundamental, que não contempla aquele princípio». No entanto — adiantou Jaime Machado — é opinião do Secretariado da Inter que tal medida «abre caminho ao pluralismo e à pulverização sindicais» de um modo que «não acontece nem nos países da Europa capitalista, que estabeleceram determinados mecanismos tendentes a impedir, para além de certos limites, tais factos».

Voltando à palavra, José Judas, numa abordagem ao actual momento sindical, dominado pela perspectiva do Congresso de Todos os Sindicatos, dirigiu aos subscritores da «Carta Aberta» um desafio com vista a um eventual debate público sobre as leis de trabalho promulgadas pelo Governo Constitucional. José Judas salientou, neste ponto, a necessidade de se reforçar a unidade

dos trabalhadores, unidade tanto mais urgente quanto a direita, expressamente o C.D.S., se dispõe abertamente a apresentar na Assembleia da República, uma proposta de suspensão da Reforma Agrária, ao mesmo tempo que sugere a realização de novas eleições gerais.

SINDICATOS TOMAM POSIÇÃO

Pertencendo embora ao grupo da «Carta Aberta», a direcção do Sindicato dos Escritórios de Lisboa solicitou uma audiência ao ministro do Trabalho, a fim de expressar o seu desacordo quanto à escassez do prazo (15 dias) dado pelo Ministério para discussão dos decretos-leis que viria a apresentar em Conselho de Ministros. Por outro lado, alcança as dezenas o número de sindicatos que se têm manifestado contra a revogação da lei da unicidade sindical e outras medidas consideradas igualmente (antioperárias). Referimos aqui a União dos Sindicatos de Setúbal e o Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa. No mesmo sentido se pronunciou o Sindicato dos Trabalhadores da Panificação do distrito de Lisboa. É como segue o texto de um telegrama enviado por este Sindicato aos vários órgãos do poder:

«Ante a legislação inconstitucional profundamente antioperária e antipopular elaborada pelo Conselho de Ministros, o Sindicato Trabalhadores Indústrias Panificação e Produtos Alimentares Afins distrito

de Lisboa não pode calar seu veemente protesto e afirmar-se com todos os trabalhadores que representa na firme disposição de por todos os meios lutar contra a sua aplicação. Considerando que a democracia rumo ao socialismo não se constrói contra mas sim com os trabalhadores exigimos que tal odiosa legislação não venha sequer a entrar em vigor.»

P. Popular 6/10/76

O 6.º ANIVERSÁRIO DA INTERSINDICAL

TELEFONISTAS DO PORTO ACUSAM A DIRECÇÃO DO SINDICATO DE «AGIR DITATORIALMENTE»

SOCIEDADE ESTORIL: DELEGADOS SINDICAIS CONTRA PAGAMENTO DO SUBSÍDIO DE NATAL EM TÍTULOS DO TESOURO

P. Popular 6/10/76

A Intersindical recebeu do estrangeiro três telegramas de felicitações pela passagem do seu 6.º aniversário — da C. G. T. da Renault (França), da Federação Mundial Sindical e da Central de Trabalhadores de Cuba.

conduzi-los à acção. Após o 25 de Abril (que, sem dúvida, ajudámos a construir) lutámos pela Reforma Agrária, pela nacionalização, pelo controlo operário, pelas grandes conquistas dos trabalhadores. É por esta actuação que estamos prontos a ser julgados. Seis anos de luta, sempre ao lado dos trabalhadores e das suas justas lutas, eis a nossa grande «falta!»

PORTO — Trabalhadores do T. L. P. Porto promoveram uma conferência de imprensa, a fim de denunciar o facto de a actual direcção do sindicato «não se retirar imediatamente, dos sindicatos da «Carta Aberta» e não participar activamente nas R. G. S. convocadas pela C. N. O. P. e pelo secretariado da Intersindical», contrariando, assim, as decisões da assembleia geral efectuada no passado dia 23.

são de um partido político e teve ao longo de mais de dois anos uma actuação extremamente golpista.

Face ao que foi considerado um «jogo de palavras», os trabalhadores afirmaram, na conferência de imprensa, que «a direcção do Sindicato delibera ditatorialmente segundo as suas manias ou decisões emanadas do patrão ou, muito mais grave, decide tomar posições contrariando, em consciência a vontade expressa dos trabalhadores, apresentada inequivocamente em assembleias gerais.»

Por sua vez, no Porto, realizou-se no Cine-Teatro Vale Formoso, um comício-festa, durante o que se produziram numerosas afirmações de unidade, recordando-se a reunião de 1 de Outubro de 1970, assinada pelos Sindicatos dos Caixeiros, Lanifícios, Metalúrgicos, Bancários e de Propaganda de Lisboa.

A direcção do sindicato, respondendo à deliberação da citada assembleia, declarou não ter assinado a «Carta Aberta», «logo não entramos nela para que nos exijam agora a saída» — e afirmou, ainda, que o «secretariado da Intersindical é uma corria de transmis-

A Comissão Pro-Cumprimento dos Estatutos do Sindicato dos Telefonistas, agora formada, divulgará brevemente um comunicado, especialmente dirigido aos trabalhadores telefonistas.

Os delegados sindicais dos trabalhadores da Sociedade Estoril emitiram um comunicado relativo a forma de pagamento do subsídio de Natal, no qual contestam as «medidas tomadas» pelo Governo de retirar aos trabalhadores aquilo que deveria ser tirado aos latifundiários e capitalistas deste país, sabotadores da economia portuguesa. Nunca poderão os trabalhadores aceitar a retirada de uma regalia que faz parte do seu ACT, visto que o mesmo é bastante claro em tal matéria.

«Os plenários efectuaram-se ao longo da linha e foram consultados todos os sectores. Foi aprovado apelar a todos os trabalhadores deste país para rejeitarem tal medida.

1. Dizem: «Os títulos do tesouro são para investimentos.» Nós dizemos: «Vão buscar aos grandes capitalistas. Não os deixem fugir.»

2. Terão de ser os trabalhadores a pagar os erros dos que sempre nos exploraram? Pensamos que não. A responsabilidade só pode ser do Governo. Portanto, tem de ser ele a resolver a situação, mas não com medidas contra os trabalhadores.»

Diversas realizações assinalaram um pouco por todo o País, os seis anos da Intersindical.

Na sessão efectuada em Coimbra, no salão do Inatel, que foi preenchida pela intervenção de dois oradores e por um espectáculo pelo Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra, um dos oradores afirmou:

Usaram da palavra, Ângelo Ferreira e Luis Salgueiro e no decorrer da festa foi aprovada uma mocção, na qual se reclama dos «órgãos do Poder, medidas firmes para combater o terrorismo e defender as liberdades, nomeadamente a continuação das averiguações, até final, da rede bombista e punição severa de todos os seus responsáveis; medidas firmes para combater o boicote do patronato à negociação e ao cumprimento dos contratos colectivos de trabalho; a realização de uma política de recuperação da economia que faça pagar a crise ao grande capital que a provocou e não aos trabalhadores que, agora, são puras vítimas.»

Em face da recuperação capitalista que, dia a dia, se faz sentir cada vez mais nitidamente, naturais se tornam estes ataques e calúnias contra a vanguarda organizada dos trabalhadores. Mas, se fácil é para nós entender a origem desses ataques e compreender a defesa assustada de privilegiados em perigo pela luta dos trabalhadores, inevitável será para as forças da burguesia e do capital reconhecer que os trabalhadores unidos e organizados não cederão um milímetro no que diz respeito às conquistas que, ousadamente, alcançaram!

A INTERSINDICAL VAI IMPUGNAR A LEGISLAÇÃO DE TRABALHO ELABORADA PELO GOVERNO

P. Popular 6/10/76

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metal Mecânica do Distrito de Lisboa

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

P. Popular 6/10/76

CONVOCATÓRIA

Devido ao atraso da saída do Projecto de Regulamento do Congresso de todos os sindicatos vir a diminuir o prazo de um mês, que tinha sido estipulado para análise e discussão do mesmo pelos trabalhadores, na Reunião Geral de Sindicatos de 4 de Setembro, a CNOPC, atendendo a sugestões de algumas Direcções Sindicais, alargou o prazo de discussão do Projecto para assim se poder dar cumprimento ao aprovado na mesma Reunião Geral de Sindicatos.

Pela mesma razão fica sem efeito a Assembleia Geral Extraordinária marcada para o dia 7/10, sendo a mesma substituída por um Plenário de Delegados Sindicais no mesmo local — Pavilhão dos Desportos — pelas 16.30 horas, marcando-se a data de 15/10 para a realização da Assembleia Geral Extraordinária, também no Pavilhão dos Desportos pelas 20.30 horas.

Assim, nos termos da alínea b) do Art.º 33.º dos Estatutos, convoco todos os sócios do Sindicato para uma Assembleia Geral Extraordinária, a realizar no próximo dia 15 de Outubro (sexta-feira) pelas 20.30 horas, no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Informação sobre as negociações do CCT para a Indústria Metalúrgica e Metal Mecânica.
2. Congresso de Todos os Sindicatos Portugueses.

Lisboa, 4 de Outubro de 1976

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Raul José Marques Nunes Manquinho

POR considerá-la inconstitucional, o secretariado da Intersindical vai impugnar a legislação de trabalho recentemente elaborada pelo Governo — revelou à Anop um elemento do secretariado da Central Sindical. «Estamos a tentar contactar com a Comissão Constitucional e o Conselho da Revolução para que esses órgãos utilizem a competência que a Constituição lhes reserva para não ser promulgada a legislação anticonstitucional» — declarou o mesmo dirigente sindical, acrescentando que, se aquela legislação chegar a ser promulgada, a Intersindical recorrerá para a Provedoria de Justiça.

Entretanto, num primeiro contacto não oficial, o secretariado da Intersindical entregou, a um elemento do Conselho da Revolução, documentação relativa a este assunto.

Segundo apurou o «Diário Popular», o assunto será debatido, ainda hoje, na reunião do C. R.

Resistir com firmeza à ofensiva patronal

O patronato reaccionário passou claramente a ofensiva. Em muitos sítios, é visível que ele se sente encorajado pelas intervenções feitas por membros do Governo, aos órgãos de comunicação social. As decisões tomadas pelo Governo, nos últimos dias, só poderão facilitar, se vierem a ser concretizadas, essa acção dos inimigos dos trabalhadores.

A OFENSIVA PATRONAL

As formas desta ofensiva variam de empresa para empresa, mas têm sempre o mesmo objectivo: eliminar direitos dos trabalhadores, e anular conquistas obtidas depois do 25 de Abril.

Assim, na Bertrand, a entidade patronal utiliza palavras proferidas recentemente pelo Primeiro-Ministro para justificar despedimentos maciços que pretende fazer; na J.J. Gonçalves, agentes do patronato agredem elementos da Comissão de Trabalhadores; no Hotel Baía, o patrão, vindo da empresa a ameaça de usar a violência; nos Supermercados Bombarato, sob gestão dos trabalhadores, a entidade patronal realiza um verdadeiro golpe de mão e toma conta de um dos estabelecimentos (depois entra o Ministério do Trabalho que «legaliza» esta acção do patronato); na Maiombe, o irmão do conhecido Galvão de Melo, utilizando gente sua que ainda permanece na empresa, procura amedrontar os trabalhadores e criar perturbações na actividade produtiva que justifiquem a selagem da empresa; na Rolim Comercial, o secretário de Estado do Comércio assina um despacho de entrega da empresa ao antigo patrão, que é o Champalimaud.

Mesmo as empresas com intervenção do Estado não escapam a esta fúria reaccionária. Em algumas delas, as Comissões de Gestão nomeadas pelo VI Governo, em claro conluio com os antigos patrões, violam abertamente direitos e garantias dos trabalhadores. É isso o que já está a acontecer na Intento e na Sanimar.

Em ambas, as Comissões de Gestão põem em prática processos que levarão à entrega das empresas ao patronato. Com esse objectivo mantêm contactos frequentes com ele. Para atingir tal fim tentam eliminar a resistência dos trabalhadores. Por isso esforçam-se em liquidar as organizações de trabalhadores existentes nestas empresas e amedrontar os restantes trabalhadores.

Assim na Sanimar, um dos elementos da Comissão de Gestão, que afirma publicamente que nada tem a ver com o 25 de Abril e que é admirador declarado do general fascista Kaulza de Arriaga, para amedrontar os trabalhadores — requisita a intervenção de 100 GNR (os trabalhadores são apenas 250) durante um Plenário, convocado por ele e feito durante as horas de serviço, insulta e calunia continuamente os trabalhadores e acaba por suspender arbitrariamente dois elementos da Comissão de Trabalhadores. Depois de tudo isto, coloca aos trabalhadores o seguinte dilema: ou eles demitem a Comissão de Trabalhadores, ou a Comissão

de Gestão abandona a empresa deixando-a à deriva.

Na empresa Intento a Comissão de Gestão dá cinco dias aos trabalhadores para se pronunciarem sobre o futuro da empresa (entrega ao antigo patrão, empresamista, etc.) Quando a Comissão de Trabalhadores se reúne para analisar esta importante questão e elaborar o parecer dos trabalhadores, os gestores nomeados pelo Governo utilizam esse facto para suspender arbitrariamente toda a Comissão e proibir os trabalhadores que a integram de entrar na empresa. Depois, os atentados aos direitos dos trabalhadores multiplicam-se neste empresa que está sob a responsabilidade directa do Ministério da Habitação.

O GOVERNO ABDICA

Perante esta ofensiva reaccionária do patronato e mesmo de certos gestores públicos, que faz o actual Governo? Nada, quando mesmo não a encoraja e apoia.

Recordemos mais alguns dos muitos casos em que é clara perante as pressões da direita.

Dézassete trabalhadores da Têxtil Manuel Gonçalves continuam suspensos há meses, perante a incapacidade total do Ministério do Trabalho para fazer o patronato respeitar a lei; as negociações de novos Contratos Colectivos de Trabalho, que envolvem mais de um milhão de trabalhadores (Metalúrgicos, Construção Civil, Panificação, Rodoviários, Indústria Têxtil, Química, Conservas, etc.), estão, há meses, praticamente paradas, devido à sabotagem feita pelas entidades patronais perante a passividade, quando não mesmo a conivência, do actual Governo; o Primeiro-Ministro confessa publicamente, perante as câmaras de Televisão, que é intenção do Governo propor à Assembleia da República alterações na Lei do Arrendamento, devido à pressão das forças reaccionárias instaladas no Norte do País; na TV, Tomás Rosa, figura já bem conhecida pelo seu reaccionarismo, despede arbitrariamente 23 trabalhadores, perante a indiferença em actos, do Ministério do Trabalho.

António Barreto, actual ministro do Comércio e Turismo, na tomada de posse da Comissão de Gestão da Enatur, afirma escla-recedoramente o seguinte:

«As intervenções do Estado em muitas empresas turísticas deverão terminar ainda antes do fim do ano em curso», e em relação às empresas não rentáveis «o Estado não mais servirá de muleta, nem de almofada, e não se verá senão um caminho: o das falências, do desemprego, da execução de hipotecas».

Portanto, no sector do turismo, até ao fim do ano, as empresas com intervenção do Estado serão entregues aos antigos patrões (é de duvidar que esta política do Governo se restrinja apenas a este sector), e em relação às restantes empresas, mesmo que haja sabotagem ou má gestão do patronato, não haverá mais intervenções estatais; a única solução que se apresenta aos trabalhadores é a falência e o desemprego.

O GOVERNO VIOLA A CONSTITUIÇÃO

Poucas horas antes do

Conselho de Ministros de 30 de Setembro findo, o Secretariado da Intersindical Nacional foi recebido pelo ministro do Trabalho, a quem pediu o prolongamento do prazo de consulta e a entrega dos Projectos de decreto-lei, elaborados pelo Ministério do Trabalho, a fim de os trabalhadores se pronunciarem sobre eles, como claramente obriga a Constituição. Marcelo Curto prometeu, como afirmou à própria Televisão, que se ia empenhar no Conselho de Ministros para obter a satisfação daquele pedido feito pelas associações sindicais.

No entanto, o Governo homogéneo PS, violando abertamente a Constituição e indo frontalmente contra a vontade dos trabalhadores claramente expressa através das suas organizações sindicais, tomou importantes decisões sobre matérias que afectam directamente os trabalhadores, algumas delas (lei da unidade sindical e horário de trabalho), no Ministério do Trabalho de 15 de Setembro.

Muitas dessas medidas são claros atentados aos direitos dos trabalhadores e representam o propósito declarado de facilitar a ofensiva reaccionária do patronato. Entre elas destacam-se, pelos graves problemas sociais que inevitavelmente vão criar; a que dá o direito ao patronato de despedir imediatamente os trabalhadores sem dependência de processo disciplinar (uma reivindicação da CIP que foi agora satisfeita), aquela que permite a suspensão do CCT em empresas nacionalizadas ou com avales do Estado (existem muitas empresas nas mãos do patronato que obtiveram avales do Estado), a que facilita a generalização do trabalho eventual e dos contratos a prazo (o que atenta contra o direito e a segurança no trabalho), as alterações aos horários de trabalho, etc.

Portanto, decisões que dizem claramente respeito a legislação de trabalho, e em a participação dos trabalhadores como

claramente obriga a Constituição.

SÓ A UNIDADE DOS TRABALHADORES

É evidente, que as forças reaccionárias, ou aquelas que fazem conscientemente o seu jogo, estão vitalmente interessadas em dividir os trabalhadores, em que eles enfrentem esta ofensiva isoladamente, circunscrevendo-se aos muros da sua empresa, pois assim serão mais facilmente vencidos.

Como se afirma num comunicado da Intersindical, não é por acaso que, no mesmo dia em que o Governo toma todas aquelas medidas antioperárias, as quais representam, se se concretizarem, a liquidação de importantes conquistas obtidas depois do 25 de Abril, esse mesmo governo revoga a lei da unidade sindical. Desta forma, ele procura facilitar a acção divisionista dos inimigos dos trabalhadores, pois se ela tiver êxito as possibilidades dos trabalhadores resistirem à ofensiva do patronato e às medidas que o Governo já tomou ou que venha a tomar para o apoiar, ficarão consideravelmente enfraquecidas.

por EUGÉNIO ROSA

A presente ofensiva das forças reaccionárias, que em muitos casos está a ter mesmo o apoio do Governo ou porque se mantém passivo ou porque se coloca abertamente ao lado do patronato, só poderá ser vencida por uma forte unidade dos trabalhadores.

Os problemas que enfrentam neste momento, os trabalhadores da Sanimar e da Intento não poderão ser enfrentados apenas por eles.

É necessária a solidariedade activa de todos os trabalhadores a fim de que as manobras dos representantes do patronato naquelas empresas sejam vencidas, pois uma vitória nelas, não é apenas uma vitória dos trabalhadores dessas empresas, mas é também um acontecimento que fará as forças reaccionárias recuarem em muitos outros lugares.

Há que ultrapassar rapidamente os muros da empresa, que isolam muitas vezes os trabalhadores e realizar acções unitárias que façam recuar as forças reaccionárias e que constituam uma barreira de defesa das conquistas obtidas depois do 25 de Abril.

Há que resistir serena mas firme e organizadamente à presente ofensiva das forças reaccionárias.

6 OUT. 1976

CONSELHO DE MINISTROS

A DECLARAÇÃO DE GREVE CABE ÀS ASSOCIAÇÕES SINDICAIS

— princípio geral a apreciar na Assembleia da República

Reunido na tarde de anteontem, em S. Bento, o Conselho de Ministros voltou a ocupar-se de matérias de política laboral, a que por inteiro se votara já em sessão extraordinária, e incluiu na respectiva agenda, além de outros de carácter geral, assuntos que se inserem no âmbito da série de medidas que vêm sendo tomadas através do sector governativo da educação. São assim de referir em especial, pelo maior impacto público que as caracteriza, face à oportunidade dos problemas que mais vincadamente se situam naqueles dois campos da vida nacional, algumas novas disposições que interessam de modo específico ao mundo do trabalho, como as da regulamentação da prática do direito à greve e da proibição do «lock-out», e as que se relacionam com a gestão nos estabelecimentos de ensino e com os provimentos, abonos e colocação de professores.

O comunicado oficial disse tribuído aos órgãos de comunicação social após a reunião do plenário ministerial refere a aprovação, no domínio da política laboral:

● De uma resolução tendente a impedir que se façam alterações salariais a nível sectorial, sem que o problema seja apreciado globalmente por todos os ministérios.

● De um decreto-lei que dá nova redacção ao artigo 3.º do decreto-lei 544/75, de 29 de Setembro (regime de férias dos trabalhadores tempo parcial). Segundo a sua redacção, «o pessoal em regime de tempo parcial tem direito a 30 dias de férias, desde que tenha um ano de serviço efectivo». O artigo

2.º do novo diploma estabelece que os trabalhadores a tempo parcial que já tenham gozado férias este ano, poderão gozar os restantes dias a que passam a ter direito.

● De uma proposta de lei, a apresentar à Assembleia da República, relativa à regulamentação do direito à greve. Procurou-se no texto proposto corresponder à letra e ao espírito das normas constitucionais que consagram um direito nos mais amplos termos. Acolhem-se os procedimentos a que a tradição e a prática sindicais conferem geral aceitação e acatam-se as incidências mais prejudiciais da greve em zonas fundamentais da vida colectiva. Estabelece-se o princípio geral de que a competência para declarar a greve cabe às associações sindicais. Para obviar aos casos de empresas com nula ou insuficiente representação sindical, reconhece-se igual direito às assembleias de trabalhadores, desde que respeitada a regra básica de exigência da democracia interna. Proíbe-se o «lock-out».

● De um decreto-lei que estabelece normas relativas à colocação dos trabalhadores na Administração Central, Local e Regional, incluindo os dos serviços municipalizados e das federações de municípios, cujos lugares forem extintos em virtude da extinção ou reorganização dos serviços.

REGULAMENTADA A GESTÃO NAS ESCOLAS

Quanto ao sector educacional, o Conselho aprovou os seguintes projectos de diplomas:

● De um decreto-lei que fixa o prazo de apre-

sentação dos documentos referentes aos provimentos e abonos de docentes efectuados ao abrigo do decreto-lei 41 645, de 24-5-58. Foi fixado em 90 dias o prazo estabelecido no artigo 2.º do referido decreto-lei, ao mesmo tempo que se estatui a suspensão de vencimentos dos professores que não apresentarem naquele prazo a documentação necessária ao provimento. Desta forma, não se permitirá que documentos venham a permanecer dois e mais anos nos estabelecimentos de ensino sem que alguma vez tenham sido numerados. Fixou-se, também, e agora a título uniforme, que os diplomas de provimento sejam assinados na Direcção-Geral competente, que os remeterá ao Tribunal de Contas, após obtida informação de cabimento pela Divisão de Administração e Finanças. Trata-se, assim, de um diploma moralizador da acção administrativa de provimentos.

● De um decreto-lei que estabelece a regulamentação da gestão das escolas. O diploma fixa os órgãos de cada estabelecimento de ensino preparatório e secundário responsáveis pelo seu funcionamento, que são os conselhos directivos, pedagógico e administrativo. Pretende-se preencher o vazio legal criado pelo não cumprimento de decreto-lei 735-A-74, de 21 de Dezembro, o qual impunha a sua própria revisão até 31

de Agosto de 1975. São definidas as bases de uma gestão democrática, atribuindo-se responsabilidades na comunidade escolar aos docentes, discentes e pessoal não docente.

● De um decreto-lei que estabelece disposições quanto à colocação de professores do ensino primário nos distritos escolares dos Açores e da Madeira. O diploma determina que, para suprir carências de professores do ensino primário nos dois arquipélagos, poderão ali ser mandados prestar serviço professores agregados dos quadros distritais do ensino primário do continente. Poderão ainda prestar serviço naqueles arquipélagos professores efectivos do ensino primário, em comissão de serviço.

SERVIÇOS MUNICIPAIS DE HABITAÇÃO

Registam-se ainda, no comunicado do Conselho de Ministros, os seguintes projectos de diplomas legislativos que mereceram aprovação:

● De um decreto-lei que cria serviços municipais de habitação social. Respeitando a autonomia das Câmaras, procura-se, possibilitar a criação, no seu âmbito, de serviços municipais especiais, dotados de autonomia administrativa e financeira e de personalidade jurídica, ou de serviços municipalizados, para mais expedita prossecução da po-

lítica de habitação nas respectivas áreas. Um dos objectivos da lei é a submissão de todos os fogos de habitação social construídos pelo Estado ou com a sua intervenção, independentemente da entidade proprietária ou administradora e do regime legal de aquisição, utilização e disposição dos fogos pelos beneficiários.

● De um decreto-lei determinando que a Junta de Investigações Científicas do Ultramar passe a depender directamente do Ministério da Educação e Investigação Científica. Extingue-se o Instituto para a Cooperação Científica e Tecnológica. Trata-se de um diploma que permite a integração programada das instituições da Junta no sistema científico-técnico nacional, também em marcha de estruturação, ao mesmo tempo que permite, após acordo, a inserção de alguns sectores nos serviços de Estado em que possam ser mais úteis.

● De um decreto-lei determinando que o expediente e a movimentação dos processos dos Tribunais das Contribuições e Impostos, bem como a execução dos serviços ordenados pelo presidente, pelo juiz ou pelo Ministério Público, sejam assegurados por uma secretaria. A medida destina-se a dotar aqueles tribunais dos meios humanos adequados à execução de todas as tarefas que lhes foram confiadas.